



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
Município do Maranhão



UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



LEI MUNICIPAL Nº 444/2022, DE 30 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS (MA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS**, Estado do Maranhão, Enoque Ferreira Mota Neto, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Constituição Federal e a lei Orgânica do Município;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I NORMAS GERAIS

Art. 1º A presente Lei dispõe sobre o Parcelamento do Solo no Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, efetuado por particulares ou pelo Poder Público para qualquer fim, e será regulado pela presente Lei, obedecidas às normas federal e estadual relativas à matéria.

§ 1º O parcelamento do solo para fins urbanos, somente será permitido nas áreas urbanas definidas na Lei do Perímetro Urbano, observado o disposto na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º Nas Áreas Rurais somente será permitido o parcelamento do solo para fins rurais e a implantação das atividades dispostas no Decreto Federal nº 62.504, de 08 de abril de 1968, que regulamenta a Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 2º Esta Lei tem por objetivo:

- I. Definir as normas e as diretrizes para o parcelamento do solo urbano e rural no Município de Pastos Bons (MA), determinando os requisitos e as restrições urbanísticas a serem respeitadas;
- II. Assegurar a observância de padrões de urbanização essenciais, de interesse da comunidade, no processo de parcelamento do solo;
- III. Dispor sobre os procedimentos para a aprovação, o licenciamento e o registro dos parcelamentos do solo;

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
UMA CIDADE PARA TODOS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75
MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



IV. Possibilitar o estabelecimento de padrões diferenciados de parcelamentos para atendimento às diversas atividades e à população de diversas faixas de renda.

Art. 3º A execução de qualquer forma de parcelamento do solo no Município de Pastos Bons (MA) dependerá de prévia licença da Prefeitura Municipal, obedecidas às diretrizes desta Lei.

Parágrafo único. As disposições da presente Lei aplicam-se também aos parcelamentos efetuados, em virtude de divisão amigável ou judicial, para a extinção da comunhão ou para qualquer outro fim.

Art. 4º Dependerá de exame e prévia anuência do Estado do Maranhão o parcelamento do solo para fins urbanos nas seguintes condições:

I. Localizado em áreas limítrofes dos Municípios ou quando parte do parcelamento pertencer a outro Município;

II. Com área superior a 1.000.000.000 m² (um milhão de metros quadrados);

III. Localizado na Área de Interesse Ambiental e Turística de Pastos Bons;

Art. 5º O parcelamento do solo para fins urbano será feito mediante loteamento, desmembramento, reparcelamento e remembramento.

§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão da gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão da gleba em lotes destinados a edificações, com aproveitamento de sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

§ 3º Considera-se reparcelamento a alteração de um parcelamento anteriormente aprovado e registrado em Cartório, que implique alteração dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres de uso público ou das áreas destinadas à instalação de equipamentos urbanos e comunitários.

§ 4º Considera-se remembramento o reagrupamento de lotes contíguos para a constituição de um único lote maior, importando na modificação das confrontações e limites dos lotes originais.

Art. 6º Quanto ao uso a que se destina o parcelamento, pode ser classificado como:

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE
PASTOS BONS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



- I. Parcelamento para uso residencial – aquele destinado à implantação de atividades predominantemente residenciais, exercidas em função da habitação ou de atividades de comércio e serviços complementares ou compatíveis com a mesma;
- II. Parcelamento para uso industrial – aquele destinado à implantação de atividades predominantemente industriais e de atividades complementares ou compatíveis com a mesma;
- III. Parcelamento de interesse social – aquele destinado à edificação de conjunto habitacional de interesse social, com padrões urbanísticos, estabelecidos para a construção de habitação de caráter social, aprovados pelo Poder Público, para atender às classes de população de menor renda;
- IV. Parcelamento para urbanização específica – aquele destinado à implantação de atividades estratégicas, para o desenvolvimento do município ou área urbana, como por exemplo o turismo, onde é prevista a implantação de atividade predominante e de atividades complementares ou de apoio, compatíveis com a mesma.

Art. 7º Não será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos:

I - Em terrenos alagadiços ou sujeitos à inundação e antes de tomadas às providências para assegurar a proteção e o escoamento das águas;

II - Em áreas de recargas de aquíferos;

iii - Em terrenos de mangues e restingas, antes de parecer técnico favorável do órgão estadual de proteção e conservação do meio ambiente;

IV - Em terrenos que tenham sido aterrados com lixo ou material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

V - Em terrenos com declividade igual ou superior a 30 % (trinta por cento);

VI - Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

VII - Em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até sua correção;

VIII - Em áreas de preservação ecológica, definidas em legislação federal, estadual ou municipal;

IX - Em terrenos que não tenham acesso direto à via ou logradouros públicos;

X - Em sítios arqueológicos definidos em legislação federal, estadual ou municipal;

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
UMA CIDADANIA PARA TODOS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75
MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



XI - Nas pontas e pontais do litoral, estuários dos rios numa faixa de 100,00 m (cem metros).

Art. 8º Esta Lei complementa as diretrizes e exigências de caráter urbanístico do Município de Pastos Bons.

Art. 9º Integram esta Lei Complementar os Anexos I e II, com a seguinte denominação:

I - Anexo I – Diretrizes urbanísticas para os parcelamentos do solo para fins urbanos;

II - Anexo II – Características físicas do sistema viário dos loteamentos.

CAPÍTULO II **Das Definições**

Art. 10º Para efeito desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - Alinhamento – linha divisória entre as divisas do terreno e a via ou logradouro público;

II - Área Institucional – área destinada à implantação de atividades de lazer, sociais, culturais, de culto, educação, administração, transporte e circulação e abastecimento;

III - Área Pública – área destinada a sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a espaços livres de uso público;

IV - Área Verde – área livre com vegetação nativa ou plantada;

V - Arruamento – implantação de logradouros públicos ou vias destinadas à circulação, com a finalidade de proporcionar acesso a terrenos ou lotes urbanos;

VI - Coeficiente de aproveitamento – relação entre a área total edificada e a área do lote, que corresponde a um índice que, multiplicado pela área do lote, resulta na área máxima de construção permitida para o mesmo;

VII - Declividade – relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal;

VIII - Densidade - relação entre o número de habitantes e uma determinada área, incluindo vias e áreas verdes;

IX - Desafetação de área – procedimento mediante o qual, um bem de domínio público é subtraído dessa condição, para ser incorporado ao domínio privado ou do Estado;

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal

- X – Divisa - linha limite de um lote;
- XI - Equipamento Comunitário – são os equipamentos públicos destinados à educação, cultura, saúde, segurança, lazer e similares;
- XII - Equipamento Público – são os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado;
- XIII - Espaço Livre de Uso Público – área pública de uso comum do povo, destinada em sua maior parte ou exclusivamente à recreação, lazer e outras atividades exercidas ao ar livre, como praças, parques e áreas verdes;
- XIV - Faixa de Domínio – área de terreno de influência direta de uma via de circulação, destinada à sua operação e ampliação;
- XV - Faixa de Rolamento – cada uma das faixas que compõe a área destinada ao tráfego de veículos nas vias de circulação;
- XVI - Faixa de Servidão – espaço relativo às redes de infraestrutura e serviços públicos, implantados ou projetados, e correspondentes áreas não edificante;
- XVII - Faixa não Edificante – área do terreno onde não é permitida qualquer construção ou edificação;
- XVIII - Faixa Sanitária – área não edificante para efeito de drenagem, captação de águas pluviais e rede de esgotos;
- XIX - Gleba – área de terra que ainda não foi objeto de parcelamento do solo;
- XX - Infraestrutura Básica – os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentada, ou não;
- XXI - Leito Carroçável – pista destinada ao tráfego de veículos nas vias de circulação, composta de uma ou mais faixas de rolamento;
- XXII - Logradouro Público – área pública destinada à circulação de veículos e pedestres, recreação e lazer;
- XXIII - Lote – terreno resultante de projeto de parcelamento do solo urbano, servido de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos em Lei específica, resultante do parcelamento de uma gleba para fins de urbanização;

XXIV - Quadra – conjunto de lotes circundado por vias de circulação, resultante de processo regular de parcelamento do solo para fins urbanos;

XXV - Termo de Verificação – ato pelo qual a Prefeitura, após a devida vistoria, certifica a execução correta das obras exigidas pela legislação competente;

XXVI - Testada do lote ou divisa frontal do lote – divisa de menor dimensão lindeira à via de circulação;

XXVII - Via de ligação regional ou municipal – a rodovia, ou trecho, com função de proceder a ligação com Município vizinho ou entre Distritos do Município;

XXVIII - Via de trânsito rápido – a via que liga dois pontos de uma área conturbada, caracterizada pelo tráfego livre e o desenvolvimento de velocidade;

XXIX - Via arterial – a via de ligação entre bairros, caracterizada pela função de passagem, pelo tráfego fluente de veículos e pelo acesso indireto às atividades lindeiras;

XXX - Via coletora – a via que distribui o tráfego entre as vias locais e as arteriais e se caracteriza pela função de acessibilidade às atividades lindeiras e onde não é facilitado o desenvolvimento de velocidade;

XXXI - Via local – a via de tráfego lento e baixa velocidade que dá acesso direto às unidades imobiliárias;

XXXII - Via de pedestre – a via destinada à circulação de pedestres;

XXXIII - Vistoria – diligência efetuada pela Prefeitura, tendo como objetivo verificar as condições de uma construção ou obra.

XXXIV - Cul de Sac – Extremidade de uma via pública que permite a manobra de veículos.

CAPÍTULO III

Dos Requisitos Urbanísticos

Art. 11 ° Os parcelamentos do solo para fins urbanos devem atender às seguintes condições:

I - Os lotes terão área mínima, área máxima e frente mínima, conforme estabelecido no Anexo I, desta Lei;

II - A relação entre a profundidade e a testada do lote não será superior a 5 (cinco), salvo maiores exigências estabelecidas na presente Lei;



PREFEITURA DE
PASTOS BONS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



III - As quadras não poderão apresentar extensão superior a 100 m (cem metros);

IV - Os lotes deverão confrontar-se com via pública, vedada a frente exclusiva para vias de pedestres, à exceção dos parcelamentos de interesse social;

V - Os lotes situados em esquina deverão ter na concordância de suas testadas um chanfro ou curva de concordância com um raio mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

VI - Os lotes situados nas esquinas deverão ter área 12 % superior aos demais lotes das respectivas quadras onde estiverem inseridos.

VII - Nos parcelamentos realizados ao longo de águas correntes ou dormentes é obrigatória a manutenção de uma faixa de uso público com largura mínima de 15,00m (quinze metros) além das faixas de preservação permanente, nas quais, se for de interesse público, possam ser implantados mobiliário urbano que possibilite o lazer público e a prática de exercícios físicos, trilhas e ciclovias;

VIII - Ao longo das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, é obrigatória a reserva de uma faixa não edificante, com largura mínima de 15,00 m (quinze metros) de cada lado;

IX - As vias do loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, em conformidade com o respectivo Relatório Técnico, e harmonizar-se com a topografia local;

X - Na implantação dos projetos de parcelamento deverão ser preservadas as florestas e demais formas de vegetação natural dos estuários de rios e áreas lacustres, bem como a fauna existente.

SEÇÃO I Do Loteamento

Art. 12º Nos loteamentos localizados nas áreas urbanas de dinamização, consolidação, de expansão, estratégicas, deverá se observar os seguintes requisitos:

I - O percentual de áreas públicas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como os espaços livres de uso público, não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo maiores exigências estabelecidas nesta Lei, observando o que se segue:

- a) mínimo de 5% (cinco por cento) da gleba para espaços livres de uso público;
- b) mínimo de 15% (quinze por cento) da gleba para equipamentos comunitários.

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal

II – Implantação no mínimo da seguinte infraestrutura urbana:

- a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas;
- b) Sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas;
- c) Pavimentação em todas as vias do parcelamento;
- d) Sistema de abastecimento de água potável;
- e) Sistema de rede de energia elétrica.

§ 1º A localização dos espaços livres de uso público e das áreas destinadas aos equipamentos comunitários será definida de acordo com os interesses do Município, reservando-se à Prefeitura o direito de recusar as áreas estabelecidas no projeto de parcelamento podendo, neste caso, designar outras de seu interesse.

§ 2º Não serão aceitas no cálculo do percentual de que trata este artigo as áreas de preservação permanente, as faixas de servidão de redes e dutos e as faixas de domínio de rodovias e ferrovias, em conformidade com a legislação pertinente.

§ 3º Será definido por decreto os parcelamentos localizados na Área de Interesse Ambiental e Turística de Pastos Bons, observada o seguinte:

I - Espaços livres visando a implantação de áreas verdes e ou que preservem a vegetação existente;

II - Espaço para equipamentos comunitários ou atividades que permitam acesso público.

§ 4º Nos parcelamentos localizados na Área de Interesse Turístico e de Lazer, na cidade de Pastos Bons, o percentual de ocupação não poderá ser superior a 35 % (trinta e cinco por cento) da gleba, observada a seguinte proporção:

I - 10 % (dez por cento) para espaços livres que preservem a vegetação existente;

II - 5% (cinco por cento) para equipamentos comunitários ou atividades que permitam acesso público.

§ 5º Nas áreas urbanas, o percentual de áreas públicas não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, observada a seguinte proporção:

I - 10% (dez por cento) para espaços livres de uso público, visando à implantação de áreas verdes e ou manter a vegetação existente;

II - 5% (cinco por cento) para equipamentos comunitários.



PREFEITURA DE
PASTOS BONS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



§ 6º Nas Áreas Industriais, quando os lotes tiverem dimensão superior a 15.000m² (quinze mil metros quadrados), o percentual de áreas públicas poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, mantida a proporção mínima estabelecida no caput deste artigo.

§ 7º Nas áreas urbanas o percentual de áreas públicas não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba observada a seguinte proporção:

I - 10% (dez por cento) para espaços livres de uso público, visando à implantação de áreas verdes e ou manter a vegetação existente;

II - 5% (cinco por cento) para equipamentos comunitários.

Art. 13º Os loteamentos inseridos na Área de Interesse Ambiental e Turístico do Município de Pastos Bons, fora do perímetro urbano, deverão observar os seguintes requisitos:

I - Lote mínimo de 2 (dois) hectares onde deverão ser incentivados os usos relacionados ao turismo e permitidos apenas uso residencial, comércio e serviço de apoio à atividade principal e, tolerado o uso institucional local;

II - Garantido o acesso às margens das lagoas em toda a sua extensão, para residentes e não residentes da área;

III - reserva de faixa de preservação permanente, de no mínimo:

a) 150,00 m (cento e cinquenta metros) no entorno lagoas e nascentes;

b) 100,00 m (cem metros) no entorno dos mananciais utilizados para captação de água potável;

c) 30,00 m (trinta metros) ao longo dos rios ou outro curso d'água qualquer, contribuintes dos mananciais observadas ainda as exigências da legislação ambiental;

IV - Densidade de ocupação de um habitante para cada quatrocentos metros quadrados ou 25 (vinte e cinco) habitantes por hectare;

V - Tratamento do terreno natural dos lotes em curvas de nível e implantação de caixas de coleta de águas de chuva, para aproveitamento como recarga artificial de aquíferos, de maneira a evitar o lançamento de águas pluviais nas áreas públicas;

VI - Implantação no mínimo da seguinte infraestrutura urbana:

a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas;

b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas;

c) pavimentação em todas as vias do parcelamento;

d) sistema de abastecimento de água potável;

e) sistema de rede de energia elétrica.

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal

§ 1º Não será permitida a deposição de esgotos sanitários, lixo e resíduos nas praias, manguezais, na orla dos cursos d'água e canais.

§ 2º Na implantação dos projetos de loteamento será obrigatória a manutenção da vegetação existente e a observância à topografia local, não se permitindo movimento de terra, cortes e aterros, que possam alterar predatoriamente as formas dos acidentes naturais da região.

Art. 14º Os loteamentos inseridos na Área de Interesse Turístico e de Lazer da cidade deverão observar os seguintes requisitos:

I - Lote mínimo de 1.000,00 m² (mil metros quadrados) onde deverão ser incentivados os usos relacionados ao turismo e ao lazer e tolerados os demais usos identificados em projeto específico;

II - Garantido o acesso às margens de lagoas, conforme diretrizes definidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Pastos Bons;

III - Reserva de faixa de preservação permanente, de no mínimo:

- a) 150,00 m (cento e cinquenta metros);
- b) 100,00 m (cem metros) no entorno dos mananciais utilizados para captação de água potável;
- c) 30,00 m (trinta metros) ao longo dos rios ou outro curso d'água qualquer, contribuintes dos mananciais observadas ainda as exigências da legislação ambiental;

IV – Implantação no mínimo da seguinte infraestrutura urbana:

- a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas;
- b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas;
- c) pavimentação em todas as vias do parcelamento;
- d) sistema de abastecimento de água potável;
- e) sistema de rede de energia elétrica.

Art.15º Nas áreas urbanas os loteamentos deverão observar aos seguintes requisitos:

I - Implantação, no mínimo, dos seguintes equipamentos urbanos:

- a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas;
- b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas;
- c) pavimentação com piso filtrante em todas as vias do parcelamento;
- d) sistema de abastecimento de água potável;
- e) sistema de rede de energia elétrica.



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
UMA CIDADE PARA TODOS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75
MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



II - vedada à ocupação e a abertura de vias antes de 300,00 m (trezentos metros), correspondentes à sobreposição da faixa de domínio da União e da área de proteção de restinga, contados perpendicularmente a partir da linha de preamar máxima, de acordo com as Resoluções CONAMA;

III - o sistema de circulação deve assegurar o domínio predominante do pedestre junto à orla, observando provimento de área para estacionamento de veículos e impedimento de vias de tráfego de passagem nesses locais.

Art. 16 ° Nas áreas urbanas os loteamentos deverão observar os seguintes requisitos:

I - Implantação, no mínimo, dos seguintes equipamentos urbanos:

- a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas;
- b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas;
- c) pavimentação em todas as vias do parcelamento;
- d) sistema de abastecimento de água potável;
- e) sistema de rede de energia elétrica.

Art. 17 ° Quando o loteamento estiver localizado em área limítrofe do Município ou que pertença a mais de um Município, observar-se-á:

I - As ruas ou estradas existentes ou projetadas que compõem o sistema viário do Município onde se pretende implantar o loteamento deverão articular-se com as do Município vizinho, mantendo as mesmas características;

II - Quando a divisa intermunicipal não for um curso d'água é obrigatória a execução de uma via de circulação na divisa, acompanhando o traçado da mesma.

Art. 18 ° Os loteamentos destinados ao uso industrial serão permitidos nas Áreas Industriais deverão:

I - Dispor, em seu interior, de áreas de proteção ambiental que minimizem os efeitos da poluição, em relação a outros usos;

II - Prever locais adequados para o tratamento dos resíduos líquidos provenientes de atividade industrial, antes de serem despejados em águas marítimas ou interiores, superficiais e subterrâneas;

III - Manter, em seu entorno, anéis verdes de isolamento capazes de proteger as áreas circunvizinhas.

Parágrafo único. Nos loteamentos de que trata este artigo deverão ser implantados, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal

- I - Rede de equipamentos para distribuição de água;
- II - Sistema de coleta, tratamento e deposição de esgotos industriais e sanitários, nos termos da legislação vigente;
- III - Rede de escoamento de águas pluviais;
- IV - Rede de energia elétrica;
- V - Pavimentação adequada das vias e assentamento de meios fios.

SEÇÃO II Do Sistema Viário dos Loteamentos

Art. 19º As vias públicas dos loteamentos são classificadas como:

- I - De ligação regional;
- II - De trânsito rápido;
- III - Arterial;
- IV - Coletora;
- V - Local.

Parágrafo único. As características físicas das vias de que trata este artigo, encontram-se definidas no Anexo II desta Lei.

Art. 20º As vias previstas nos projetos de loteamento deverão articular-se com o sistema viário oficial adjacente, seja existente ou projetado, dando, sempre que possível prosseguimento à malha viária já implantada, harmonizando-se com a topografia local.

Art. 21º O projeto do sistema viário de circulação deverá ser elaborado de modo a evitar o trânsito de passagem para veículos por meio de vias locais, que se destinarão preferencialmente ao acesso aos lotes lindeiros.

Art. 22º As vias locais que terminam em “cul de sac” deverão ter comprimento máximo de 200,00m (duzentos metros), considerados entre a via transversal que lhe dá acesso e o “cul de sac”, que deverá observar raio mínimo de 10,00m (dez metros).

Parágrafo único. As vias locais da Área de Interesse Ambiental e Paisagístico de Pastos Bons e da Área de Interesse Turístico e de Lazer poderão ter características especiais, definidas em Projeto Específico e submetido à aprovação dos órgãos competentes.

SEÇÃO III Do Desmembramento

Art. 23º Nos projetos de desmembramento a reserva de áreas públicas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários e aos espaços livres de uso público, não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento) da gleba.

Art. 24º Não será permitido o desmembramento na Área de Interesse Ambiental e Turística de Pastos Bons em lotes inferiores a 2 (dois) hectares.

Art. 25º Aplicam-se ao desmembramento, no que couber, as demais disposições urbanísticas exigidas para o loteamento.

SEÇÃO IV Do Reparcelamento

Art. 26º Nos projetos relativos a reparcelamento é obrigatória a manutenção do percentual de áreas públicas transferido ao Município no parcelamento original, respeitado o percentual mínimo exigido nesta Lei.

Parágrafo único. A desafetação das áreas de domínio público, relativas ao reparcelamento, depende de prévia audiência pública e autorização legislativa.

Art. 27º Para o fim de regularizar a configuração dos lotes, a Prefeitura Municipal poderá promover, quando necessário, o reparcelamento de áreas urbanas.

Art. 28º Aplicam-se ao reparcelamento, no que couber, as demais disposições urbanísticas exigidas para o loteamento.

SEÇÃO V Do Remembramento

Art. 2º O remembramento poderá ocorrer:

I - Por meio da aprovação pelo Prefeito Municipal, nos casos de lotes não edificados;

II - Por meio da aprovação de projeto de edificação e emissão da Carta de Habite-se.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II a Carta de Habite-se será o documento comprobatório da autorização para o remembramento, devendo possuir observação específica sobre o fato, bem como o novo endereçamento, as medidas e a área resultante.

§ 2º Quando ocorrer projeto de edificação que utilize dois ou mais lotes de proprietários distintos, deverá ser apresentado documento com a anuência dos proprietários dos lotes.

§ 3º O remembramento de lotes, quando um deles estiver edificado, fica condicionado à apresentação de plano de ocupação ou projeto de edificação, sendo também formalizado quando da expedição da Carta de Habite-se.

§ 4º Em qualquer dos casos previstos neste artigo deverá ser providenciada a averbação do imóvel único junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

§ 5º A área da unidade resultante deverá estar de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e na legislação de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 30º Aplicam-se ao remembramento, no que couber, as demais disposições urbanísticas exigidas para o loteamento.

CAPÍTULO IV **Do Parcelamento do Solo Para Fins Rurais**

Art. 31º A Área Rural de Uso Intensivo e a Área Rural de Uso Controlado somente poderá ser parcelada para fins de exploração turística, agrícola, pecuária, extrativismo vegetal ou agroindustrial, exploração de petróleo, instalação de refinarias, de termelétricas e outras atividades afins de interesse do Município, respeitadas as restrições ambientais.

§ 1º Na área rural de uso intensivo o parcelamento do solo deverá obedecer ao módulo mínimo estabelecido para o Município pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

§ 2º Na área rural de uso controlado o parcelamento do solo deverá obedecer ao módulo mínimo de 2 (dois) hectares, considerada a alta sensibilidade ambiental das regiões em que estão situadas.

§ 3º Todos os parcelamentos do solo para fins rurais dependerão de prévio licenciamento ambiental.

§ 4º Não serão exigidos para os parcelamentos de que tratam este Capítulo os demais requisitos urbanísticos previstos nesta Lei.

Art. 32º Nos termos do que estabelece o Decreto Federal n.º 62.504/68, será permitida a implantação de atividades urbanas de apoio à atividade rural, que visem atender interesses de ordem pública, do tipo:

I - Destinados à instalação de estabelecimentos comerciais, quais sejam:

- a) postos de abastecimento de combustíveis, oficinas mecânicas, garagens e similares;
- b) lojas, armazéns, restaurantes, hotéis e similares;
- c) silos, depósitos e similares.

II – Destinados a fins industriais, quais sejam:



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
UMA CIDADE PARA TODOS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



- a) barragens, represas ou açudes;
- b) oleodutos, aquedutos, estações elevatórias, estações de tratamento de água, instalações produtoras e de transmissão de energia elétrica, instalações transmissoras de rádio, de televisão e similares;
- c) extrações de minerais metálicos ou não e similares;
- d) instalação de indústrias em geral.

III - destinados à instalação de serviços comunitários na Zona Rural de Uso Controlado, quais sejam:

- a) Portos marítimos, fluviais ou lacustres, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias e similares;
- b) Colégios, asilos, educandários, patronatos, centros de educação físicas e similares;
- c) Postos de saúde, ambulatórios, sanatórios, hospitais, creches e similares;
- d) Igrejas, templos e capelas de qualquer culto reconhecido, cemitérios ou campos santos e similares;
- e) Conventos, mosteiros ou organizações similares de ordens religiosas reconhecidas;
- f) Áreas de recreação pública, cinemas, teatros e similares.

CAPÍTULO V

Dos Procedimentos para Aprovação do Projeto de Parcelamento

Art. 33º Antes da elaboração do projeto de parcelamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitárias, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel contendo, pelo menos:

I - As divisas da gleba a ser loteada, em planta planialtimétrica cadastral, georreferenciada de acordo com o sistema geodésico utilizado no Município, em escala adequada ao entendimento das características do terreno, contendo no mínimo:

- a) as curvas de nível em distância adequada à natureza do projeto;
- b) a localização dos cursos d'água, nascentes, bosques e construções existentes;
- c) a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências numa faixa de 100 metros, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;
- d) o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;
- e) as características, dimensões e localização das zonas de uso contíguas;
- f) os condicionantes físicos, ambientais e legais para uso e ocupação do solo.

§ 1º A Prefeitura deverá fornecer a monografia dos marcos geodésicos implantados no Município.

§ 2º As informações de que trata este artigo serão entregues à Prefeitura:

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
UMA CIDADANIA PARA TODOS

UMA
CIDADANIA
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



I - Em meio digital, compatível com o sistema utilizado pela Prefeitura;

II - Em meio impresso, com mínimo de duas cópias.

Art. 34º A Prefeitura Municipal indicará nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal:

I - As ruas ou estradas existentes ou projetadas, que compõem o sistema viário da cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas;

II - O traçado básico do sistema viário principal;

III - A localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público;

IV - As faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não edificáveis;

V - A categoria de área urbana em que se insere e os usos compatíveis.

Parágrafo único. As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos.

Art. 35º Nos casos estabelecidos no art. 4º desta Lei, a Prefeitura Municipal encaminhará à Secretaria de Estado competente planta do imóvel na escala de 1:5.000 (um por cinco mil), com curvas de nível de 5 em 5,00 m (cinco metros), com uma cópia já contendo a indicação das diretrizes municipais, acompanhada dos seguintes documentos:

I - Declaração das concessionárias de serviço público de saneamento, energia elétrica, comunicações e gás natural quanto à viabilidade de atendimento da gleba a ser parcelada;

II - Planta de situação da gleba a ser indicada com base na Carta do Brasil, elaborada pela Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, edição de 1978.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos projetos de parcelamento e remembramento.

Art. 36º Após a indicação das diretrizes estaduais, nos termos da legislação específica, a Secretaria de Estado competente encaminhará as plantas à Prefeitura Municipal de Pastos Bons para a elaboração do projeto pelo interessado.

Parágrafo único: As diretrizes estaduais terão validade pelo prazo máximo de 1 (um) ano.

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
UMA CIDADANIA PARA TODOS

UMA
CIDADANIA
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



Art. 37 ° Orientado pelas diretrizes municipais, e estaduais quando houver, o projeto, contendo desenhos, memorial descritivo e cronograma de execução das obras com duração máxima de 4 (quatro) anos, será apresentado à Prefeitura Municipal, ressalvado o disposto no § 4º do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766/79, acompanhado de:

I - Respostas das concessionárias sobre condição de atendimento de infraestrutura;

II - Certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

III - Certidão negativa de tributos municipais e do competente instrumento de garantia.

§ 1º Os desenhos conterão pelo menos:

I - A Subdivisão em quadras e lotes, com as respectivas dimensões e numeração;

II - O Sistema de vias com a respectiva hierarquia;

III - As dimensões lineares e angulares ou projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;

IV - Os perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;

V - A indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;

VI - A indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais, com determinação de pontos de lançamento e procedimentos técnicos para a redução das cargas dinâmicas dos efluentes e de recolhimento de resíduos antes do lançamento no corpo receptor;

VII - A indicação de lançamento das redes de infraestrutura básica.

§ 2º O memorial descritivo deverá conter, obrigatoriamente, pelo menos:

I - A descrição sucinta do loteamento, com as suas características e a fixação da zona ou zonas dos usos e ocupações predominantes;

II - As condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;

III - A indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato de registro do loteamento;

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
MUNICÍPIO

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



IV - A enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências.

§ 3º Caso se constate, a qualquer tempo, que a certidão da matrícula apresentada como atual não tem mais correspondência com os registros e averbações cartorárias do tempo da sua apresentação, além das consequências penais cabíveis, serão consideradas insubsistentes tanto as diretrizes expedidas anteriormente, quanto às aprovações consequentes.

§ 4º O cronograma de execução de obras deverá constar, no mínimo, do seguinte:

I - Execução das vias de circulação do loteamento;

II - Demarcação dos lotes, quadras e logradouros;

III - obras de escoamento das águas pluviais;

IV - Implantação das redes de abastecimento de água, rede coletora e tratamento de esgoto sanitário e energia elétrica;

V - Pavimentação das vias.

§ 5º O prazo para aceitação ou recusa das obras será de 60 (sessenta) dias.

§ 6º É de responsabilidade exclusiva do loteador a execução de todas as obras referidas no § 4º deste artigo, constantes dos projetos aprovados pela entidade competente, as quais serão fiscalizadas pelos órgãos técnicos municipais.

§ 7º A instalação dos serviços públicos, pelas concessionárias, é condicionada ao visto da Prefeitura Municipal no projeto aprovado pela entidade competente.

Art. 38º A proposta de garantia para execução das obras de que trata o art. 35, poderá ser das seguintes modalidades:

I - Garantia hipotecária;

II - Caução em dinheiro.

§ 1º A garantia referida neste artigo terá o valor equivalente ao custo orçamentado das obras, aceito pelos órgãos técnicos municipais.

§ 2º A garantia prestada poderá ser liberada, à medida que forem executadas as obras e na seguinte proporção:

I - 30% (trinta por cento) quando concluída a abertura das vias, assentamento de meios-fios e de rede de águas pluviais;

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
UMA CIDADE PARA TODOS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75
MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



II - 30% (trinta por cento) quando concluída a instalação das redes de abastecimento de água, rede coletora e tratamento de esgoto sanitário e energia elétrica;

III - 40% (quarenta por cento) quando concluída a pavimentação e demais serviços.

Art. 39º Na hipótese em que for adotada a modalidade de garantia hipotecária, deverá ser destinado, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da área útil do loteamento para este fim, observado o seguinte:

I - Nas cópias das plantas do projeto de loteamento, a Prefeitura, de acordo com o interessado, relativamente às parcelas da gleba a serem dadas em garantia hipotecária ao Município, fará a sua localização, segundo descrição e caracterização, que levará em conta o sistema viário, as quadras e os lotes projetados;

II - A Prefeitura fornecerá ao interessado, para efeito de registro, juntamente com a escritura pública de constituição de garantia hipotecária, cópia autenticada da planta do projeto de loteamento, onde conste a área dada em garantia, devidamente delimitada e caracterizada.

Art. 40º Nos casos previstos no art. 4º desta Lei, o projeto de parcelamento deverá ser encaminhado, antes da aprovação pela Prefeitura Municipal aos órgãos estaduais competentes, para proceder ao exame, acompanhados dos documentos estabelecidos na legislação estadual.

Art. 41º O certificado de exame e anuência prévia pelo Estado valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da aprovação municipal, sob pena de caducidade, se neste prazo não for promovido o registro do projeto de parcelamento junto ao Registro de Imóveis.

Parágrafo único. Concedida a anuência prévia, o projeto será devolvido à Prefeitura Municipal a quem compete sua aprovação.

Art. 42º Depois de prestada a garantia de que trata o artigo 36 e após análise pelo órgão central de planejamento o projeto de parcelamento será remetido à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, para posterior envio ao Prefeito Municipal para o respectivo Decreto de Aprovação do loteamento.

§ 1º O prazo para aprovação ou rejeição do projeto de parcelamento será de 90 (noventa) dias.

§ 2º O projeto aprovado deverá ser executado no prazo constante do cronograma de execução, sob pena de caducidade da aprovação.

§ 3º O ato de aprovação será publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 43º Deverá ser requerida Licença para início de obras à Prefeitura pelo interessado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do Decreto de

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Neto
Prefeito Municipal

Aprovação, caracterizando-se o início de obra pela abertura e nivelamento das vias de circulação.

Parágrafo Único. O requerimento da Licença deverá ser acompanhado dos projetos do sistema de alimentação e distribuição de água, do sistema de esgoto sanitário, da rede de energia elétrica e da rede de iluminação pública, aprovados pelas respectivas empresas concessionárias de serviço público.

Art. 44º A edificação em lotes resultantes de projeto de parcelamento aprovado, depende de sua inscrição no Cartório de Registro de Imóveis e da execução das obras estabelecidas nesta Lei, comprovada mediante inspeção pelos órgãos de fiscalização municipais.

Parágrafo Único. A Prefeitura poderá licenciar edificações, simultaneamente, à execução das obras de urbanização, condicionando o fornecimento da Carta de Habite-se à conclusão das obras vinculadas ao cronograma aprovado.

CAPÍTULO VI ZONEAMENTO

Art. 45º - Área Urbana: Bairros da Cidade

- I. São José
- II. Aparecida (poeirão)
- III. Campo Agrícola
- IV. Fazendinha
- V. São Bento (Centro)
- VI. Santa Maria
- VII. São Sebastião (lagoa do boi)

Art. 46º - Área dos Povoados de Pastos Bons:

- I. Angical
- II. Alegria
- III. Anajás
- IV. Algodão
- V. Barra
- VI. Brejão
- VII. Bonito
- VIII. Boa Vista
- IX. Bom Jardim
- X. Bauriti
- XI. Cana Brava
- XII. Coqueiro
- XIII. Carrapato
- XIV. Cabeceiras
- XV. Cumbe



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
UMA CIDADE PARA TODOS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



- XVI. Camaçari
- XVII. Coité
- XVIII. Canto Escuro
- XIX. Caiçara
- XX. Empoeira
- XXI. Fortes
- XXII. Flor do Tempo
- XXIII. Gado Bravo
- XXIV. Guaribas
- XXV. Gongá
- XXVI. Garapa
- XXVII. Inhuma
- XXVIII. Jatobá
- XXIX. Lages
- XXX. Lameiro
- XXXI. Lindóia
- XXXII. Mosquito
- XXXIII. Morro Redondo
- XXXIV. Mucunã
- XXXV. Coité
- XXXVI. Orozimbo
- XXXVII. Papagaio
- XXXVIII. Pintadas
- XXXIX. Pedra de Fogo
- XL. Quatis
- XLI. Roçado
- XLII. Raposa
- XLIII. Santa fé
- XLIV. Sangue
- XLV. São Joaquim
- XLVI. Santa Luiza
- XLVII. Sapucaia
- XLVIII. Saquinho dos Brunos
- XLIX. Sucupira do Zé Horácio
- L. Sítio Velho
- LI. Salobo
- LII. Saco de Boi
- LIII. Taboca
- LIV. Terra Dura
- LV. Tróia
- LVI. Varzea do Meio
- LVII. Vão Fundo
- LVIII. Várzea Formosa
- LIX. Vão Lage
- LX. Vão da Cobra

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal

LXI. Vão da Vintura
LXII. Vaca Preta
LXIII. Vão da Cana

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DEFINIÇÕES GERAIS

Art. 46º - Para os efeitos desta lei, ficaram estabelecidas as seguintes definições:

- I. ACESSO - Chegada, entrada, aproximação, trânsito, passagem.
- II. AFASTAMENTO - É a menor distância entre duas edificações ou entre uma edificação e as linhas divisórias do lote onde se situam. O afastamento é frontal, lateral ou de fundos, quando estas divisórias forem, respectivamente, a testada, os lados e os fundos do lote.
- III. ALINHAMENTO - É a linha projetada e locada ou indicada, que limite o lote em relação à via pública.
- IV. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - É o documento fornecido pela Prefeitura autorizando a construção de edificações.
- V. ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO - É o documento fornecido pela Prefeitura autorizando o exercício de uma atividade em local determinado.
- VI. ALVARÁ DE PEQUENOS SERVIÇOS - É o documento fornecido pela Prefeitura autorizando a construção de pequenas reformas e/ou ampliações, estabelecidas no máximo de até 30% (trinta por cento) da área já construída.
- VII. ANDAR - Qualquer pavimento acima da ré do chão.
- VIII. ANDAR TÉRREO - É o pavimento à ré do chão.
- IX. APARTAMENTO - É uma habitação distinta que compreende no mínimo uma sala, um dormitório, um compartimento sanitário e de banho e uma cozinha.
- X. ÁREA BRUTA - É a área resultante de soma de áreas úteis com as áreas de seções horizontais das paredes.

- XI. ÁREA BRUTA DO PAVIMENTO - É a soma da área útil do pavimento com áreas de seções horizontais das paredes.
- XII. ÁREA BRUTA DA UNIDADE - É a soma da área útil da unidade com as áreas das seções horizontais das paredes que separam os compartimentos.
- XIII. ÁREA DESTINADA AOS ARRUAMENTOS - É a área destinada à movimentação de pessoas ou veículos, compreendendo passeios e caixas de rua.
- XIV. ÁREA FECHADA - É a área guarnecida por paredes em todo o seu pavimento.
- XV. ATME - É a Área Total Máxima de Edificação, que é a relação máxima entre a área de construção da edificação e a área do terreno.
- XVI. ÁREA LIVRE DE RECREAÇÃO - É o espaço, geralmente descoberto destinado à utilização pública de caráter recreativo.
- XVII. ÁREA LIVRE DO LOTE - É o espaço descoberto, livre de edificações ou construções dentro dos limites do lote e que só pode ter 1/3 de sua área pavimentada.
- XVIII. ÁREA “NON AEDIFICANDI” - É a área na qual a legislação em vigor nada permite construir ou edificar.
- XIX. ÁREA ÚTIL - É a área do piso de um compartimento.
- XX. ÁREA ÚTIL DO PAVIMENTO - É a soma das áreas úteis das unidades, com as áreas úteis das partes comuns em um pavimento.
- XXI. ÁREA ÚTIL DA UNIDADE - É a soma das áreas dos compartimentos, habitáveis ou não da unidade. ÁREA INSTITUCIONAL - É o espaço reservado num parcelamento do solo para implantação de equipamentos comunitários.
- XXII. ÁREA COMERCIAL - É o espaço reservado num parcelamento para implantação de comércio local.
- XXIII. ARRUAMENTO - É o espaço destinado à circulação de veículos ou pedestre.
- XXIV. ARMAZÉM - Ver galpão.
- XXV. ÁREA DE SERVIÇO - É aquela destinada a atividades de lavagens e enxuga ou depósito de roupas, existentes nas unidades residenciais.
- XXVI. BAR - Estabelecimento comercial onde se servem refeições ligeiras e bebidas, inclusive alcoólicas, em balcões ou em mesas.

- XXVII. BIROSCA - É um estabelecimento comercial para venda de alimentos a varejo, tipo feira.
- XXVIII. BLOCO RESIDENCIAL - Um dos elementos independentes que integram um conjunto de edifícios residenciais.
- XXIX. CAIXA DE RUA - Parte do logradouro destinada ao rolamento de veículos.
- XXX. CALÇADA - O mesmo que passeio.
- XXXI. CASAS GEMINADAS - São as que tendem paredes comuns, formam um conjunto arquitetônico único.
- XXXII. CENTRO COMERCIAL - É um edifício ou um conjunto de edifícios, divididos em compartimentos destinados exclusivamente a comércio.
- XXXIII. CIRCULAÇÃO - Designação genérica dos espaços necessários à movimentação de pessoas ou veículos
- XXXIV. COBERTURA - É o teto de uma edificação.
- XXXV. COMPARTIMENTO - Diz-se de cada uma das divisões dos pavimentos da edificação.
- XXXVI. CONJUNTO RESIDENCIAL - É um agrupamento de habitações isoladas ou múltiplas obedecendo a uma planificação urbanística pré-estabelecida.
- XXXVII. CONSERTO DE UMA EDIFICAÇÃO - É o conjunto de pequenas obras de manutenção que não modifica nem substitui a compartimentação e os elementos construtivos essenciais da edificação, tais como: pisos, paredes, telhados, esquadrias, escadas, etc.
- XXXVIII. CONSTRUIR - É o modo geral de realizar qualquer obra nova.
- XXXIX. CORREDOR PRIMÁRIO - É a faixa de terreno cortada por vias primárias com utilização de uso do solo adequado a, principalmente, serviços e comércio.
- XL. CORREDOR CONSOLIDADO - É a faixa de terreno cortada por vias secundárias com sua conformação, uso e ocupação já definidos.
- XLI. CORREDOR SECUNDÁRIO - É a faixa de terreno cortada por vias secundárias (secundárias ou coletoras) com utilização de uso do solo adequado a, principalmente, serviços e comércio.
- XLII. DESMEMBRAMENTO - É a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique a abertura de

novas vias ou logradouros públicos, nem o prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

XLIII. DIVISA - É a linha que separa o lote das propriedades confinantes.

XLIV. EDIFICAÇÕES - São as construções destinadas a abrigar qualquer atividade humana.

EDIFICAÇÕES CONTÍGUAS - São aquelas que apresentam uma ou mais paredes contíguas às de outra edificação.

XLV. EDIFICAÇÃO ISOLADA - É aquela não contígua às divisas do lote.

XLVI. EDIFICAÇÃO DE USO EXCLUSIVO - É aquela destinada a abrigar só uma atividade comercial ou industrial, apresentando uma única numeração

XLVII. EDIFICAÇÃO DE USO MISTO - É a edificação que abriga usos diferentes e, quando um deste for uso residencial, o acesso às unidades residenciais se faz sempre através de circulações independentes dos demais usos.

XLVIII. EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR - É aquela destinada ao uso residencial multifamiliar. O conjunto de duas ou mais unidades residenciais em uma só edificação.

XLIX. EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR - É aquela que abriga apenas uma unidade residencial.

L. EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS - O mesmo que edificação multifamiliar.

LI. EDIFÍCIO COMERCIAL - É aquele destinado a lojas ou salas comerciais que exigem contato com o público na qual unicamente as dependências do porteiro ou zelador são utilizadas para uso residencial.

LII. EDIFÍCIO RESIDENCIAL - É aquele destinado ao uso residencial.

LIII. ESCRITÓRIO - Sala ou grupo de salas destinadas a atividades não diretamente orientadas para o público (ver sede administrativa).

LIV. ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS - Local coberto ou descoberto em um lote destinado a estacionar veículos.

LV. ESTABELECIMENTO DE ENSINO - Edificação pública ou particular destinada à educação e ao ensino.

LVI. FACHADA PRINCIPAL - É a fachada do edifício voltada para o logradouro ou para o logradouro principal.

- LVII.FAIXA DE DOMÍNIO - É a base física sobre a qual assenta uma via, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento dos lotes que separam a via dos imóveis marginais ou da faixa do recuo.
- LVIII.FRENTE OU TESTADA DO LOTE OU TERRENO - Ver testada do lote.
- LIX.FUNDO DE LOTE - É a parte do lote adjacente à divisa ou às divisas de fundos, não tendo ponto comum com a testada.
- LX.GABARITO - É o número de pavimentos permitidos ou fixados para uma construção ou edificação em determinada zona.
- LXI.GALPÃO - É a edificação destinada geralmente aos fins industriais ou comerciais e construída por cobertura e paredes ou colunas, cuja área é fechada, parcial ou totalmente, em seu perímetro. GARAGEM - Área coberta para guarda individual ou coletiva de veículos.
- LXII.GLEBA - É a propriedade uma individual de área igual ou superior a 10.000m² (dez mil metros quadrados).
- LXIII.GRUPAMENTO DE EDIFICAÇÕES - É conjunto de duas ou mais edificações em um lote.
- LXIV.HABITAÇÃO - É a parte ou o todo de um edifício que se destina a residências.
- LXV.HABITAÇÃO COLETIVA - É aquela destinada ao uso residencial de um grupo de pessoas, normalmente não unidas por laços familiares. HABITE-SE - Denominação comum da autorização especial, daquela autoridade competente, para utilização de uma edificação.
- LXVI.HOTEL - É a edificação de uso residencial multifamiliar transitório, servindo as pessoas ou famílias diversas, cujo acesso é controlado por serviço de portaria, dispondo de peças de utilização comum adequadas, podendo ou não servir refeições.
- LXVII.INVESTIDURA - É a incorporação a uma propriedade particular de uma área de terreno do patrimônio estadual, adjacente à mesma propriedade que não possa ter utilização autônoma, com a finalidade de permitir a execução de um projeto de alinhamento ou de modificação de alinhamento aprovado pelo órgão competente. I



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
UMA CIDADE PARA TODOS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



- LXVIII.INDÚSTRIA INCÔMODA - É aquela que cujo funcionamento podem resultar ruído, trepidação, emissão de poeiras, fumos ou nuvens de poeira, exalação de mau cheiro, poluição de cursos d'água, podendo constituir incômodo à vizinhança.
- LXIX.INDÚSTRIA POLUENTE - É aquela que cujo funcionamento pode resultar prejuízo à saúde da vizinhança, causando poluição.
- LXX.INDÚSTRIA PERIGOSA - É aquela que cujo funcionamento pode resultar perigo de vida.
- LXXI.JIRAU - É o piso elevado no interior de um compartimento, com altura reduzida, sem fechamento ou divisão, cobrindo apenas parcialmente a área do mesmo e satisfazendo as alturas mínimas exigidas pela legislação.
- LXXII.LANCHONETE - Estabelecimento comercial onde se servem refeições ligeiras e bebidas, exceto as alcoólicas, em balcões ou em mesas.
- LXXIII.LETREIROS - Composição de letras ou palavras para identificação de uso ou atividade em lote ou edificação.
- LXXIV.LEVANTAMENTO DO TERRENO - Determinação das dimensões e todas as outras características de um terreno em estudo, tais como sua posição, orientação e relação com os terrenos vizinhos e logradouros.
- LXXV.LICENÇA DE CONSTRUÇÃO - É a autorização dada pela autoridade competente para execução de obras.
- LXXVI.LINHA DE FACHADA - É aquela que apresenta a projeção horizontal do plano da fachada de uma edificação voltada para o logradouro.
- LXXVII.LOGRADOURO PÚBLICO - É toda a parte da superfície do município destinada ao trânsito público, oficialmente reconhecida; é designada por uma denominação.
- LXXVIII.LOJA - Edificação ou parte desta destinada ao exercício de uma atividade comercial, industrial ou armazenagem, geralmente abrindo para o exterior (lote ou logradouro) ou para uma galeria comercial.
- LXXIX.LOTE - Parcela autônoma de um loteamento ou desmembramento, cujo estado é adjacente ao logradouro público reconhecido, descrito e assinalado por título de propriedade.

Avenida Domingos Sertão nº. 1000, Bairro São José, CEP: 65.870-000
Pastos Bons (MA) - E-mail: prefeitura_pastosbons@hotmail.com


Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal

- LXXX.LOTEAMENTO - É o aspecto particular de parcelamento da terra, que se caracteriza pela divisão de uma área ou terreno em duas ou mais porções autônomas, envolvendo obrigatoriamente abertura de logradouros públicos, sobre os quais são testadas as devidas porções, que passam, assim, a ser denominadas lotes.
- LXXXI.MODIFICAÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO - É o conjunto de obras que, substituindo parcial ou totalmente os elementos construtivos essenciais de uma edificação, tais como pisos, paredes, coberturas, esquadrias, escadas, elevadores e outros, modifica a forma, a área ou a altura de compartimentação.
- LXXXII.MOTEL - É a edificação de uso transitório, onde o abrigo de veículos além de corresponder ao número de compartimentos para hóspedes, é contíguo a cada um deles. “NON AEDIFICANDI” - Proibição de construir ou modificar em determinadas áreas estabelecidas por Leis, Decretos ou Regulamentos.
- LXXXIII.OFICINAS - É a edificação destinada a conserto ou reparação de máquinas ou equipamentos.
- LXXXIV.PARCELAMENTOS DE TERRA - Divisão de uma área de terreno em porções autônomas, sob a forma de desmembramento ou loteamento.
- LXXXV.PASSEIO - Faixa em geral sobrelevada, pavimentada ou não, ladeando logradouros ou circulando edificações, destinada exclusivamente ao trânsito de pedestres.
- LXXXVI.PÁTIO - Área confinada e descoberta, adjacente à edificação ou circunscrita pela mesma.
- LXXXVII.PAVIMENTO - É o conjunto de áreas cobertas ou descobertas de uma edificação, situada entre o plano de um piso e do teto imediatamente superior.
- LXXXVIII.PÉ-DIREITO - É distância vertical entre piso e o teto de um compartimento.
- LXXXIX.PISO - É a designação genérica dos planos horizontais de uma edificação, onde se desenvolvem as diferentes atividades humanas.
- XC.PISTA DE ROLAMENTO - (ver caixa de rua).
- XCI.POÇOS DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO - São espaços descobertos e fechados nas laterais, existentes no interior das edificações e destinadas a iluminação e ventilação dos ambientes contíguos.



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
UMA CIDADE PARA TODOS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



- XCII. POÇOS DE EXAUSTÃO - São espaços descobertos e fechados nas laterais, existentes no interior das edificações e destinados exclusivamente à exaustão de banheiros.
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Atividades comerciais que se ocupam da prestação de serviços cotidianos através de ofícios como: sapateiro, barbeiro, tintureiro, vidraceiro, borracheiro e outros correlatos.
- XCIII. PROJETO DE INTERESSE SOCIAL - Programa habitacional para população de baixa renda.
- XCIV. QUADRA - É a área poligonal compreendida entre três ou mais logradouros adjacentes.
- XCV. RECUO - É a incorporação ao logradouro público de uma área de terreno pertencente a propriedade particular e adjacente ao mesmo logradouro a fim de possibilitar a realização de um projeto de alinhamento ou modificação de alinhamento aprovado pelo órgão competente.
- XCVI. RECONSTRUIR - É fazer de novo no mesmo lugar, a primitiva forma de qualquer parte ou elemento de uma construção.
- XCVII. REFORMA DE UMA EDIFICAÇÃO - É o conjunto de obras que substitui parcialmente os elementos construtivos essenciais de uma edificação (tais sejam: pisos, coberturas, esquadrias, escada, elevadores, etc.), sem modificar, entretanto, a forma, a área ou altura da compartimentação.
- XCVIII. RÉIS DO CHÃO - Pavimento térreo ou primeiro pavimento, é parte do edifício que tem o piso do terreno circundante ou a pouca altura deste.
- XCIX. REMEMBRAMENTO - É o agrupamento de lotes contíguos para constituição de unidades maiores.
- C. REPARO DE UMA EDIFICAÇÃO - O mesmo que conserto de uma edificação.
- CI. RESTAURANTE - Estabelecimento comercial onde se servem refeições completas, em mesas ou balcões com assentos, servindo ou não bebidas alcoólicas.
- CII. SALA COMERCIAL - Unidade de uma edificação comercial destinada a negócios ou profissões liberais que exigem contato com o público, e geralmente abrindo para circulações internas desta edificação.



PREFEITURA DE
PASTOS BONS
CIDADANIA PARA TODOS

UMA
CIDADE
PARA
TODOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

MUNICÍPIO MEMBRO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CERRADO SUL MARANHENSE



- CIII. SEDES ADMINISTRATIVAS - Edificações públicas ou privadas destinadas a escritórios que não exijam contato direto com o público.
- CIV. SERVIÇOS PESSOAIS - Aspecto peculiar de prestação de serviços que prescindem de lojas para sua realização e podem ser prestados a domicílio. Ex.: manicure, massagista, despachante. SUBSOLO - É o espaço, com ou sem divisões, situado abaixo do primeiro pavimento de um edifício e que tenha, pelo menos, metade de seu pé-direito abaixo do nível do terreno circundante.
- CV. TERRENO - É a propriedade particular, edificada ou não.
- CVI. TESTADA DO LOTE - É a linha que separa o logradouro público do lote e coincide com o alinhamento existente ou projetado pelo órgão competente.
- CVII. UNIDADE AUTÔNOMA - É a parte da edificação vinculada a uma fração ideal de terreno, sujeita às limitações de Lei, constituída de dependências e instalações de uso privado, destinada a fins residenciais ou não, assinalada por designação especial numérica ou alfabética para efeito de identificação e discriminação.
- CVIII. UNIDADE RESIDENCIAL - É aquela constituída de no mínimo, um compartimento habitável, um banheiro, uma cozinha e uma área de serviço.
- CIX. USOS PERMITIDOS - São os usos normalmente dentro de uma zona e que não exigem aprovação especial por parte do órgão competente.
- CX. USOS INCENTIVADOS - São os que melhor se adequam dentro de uma zona e recebem incentivos em índices de uso do solo.
- CXI. USOS DESESTIMULADOS - São usos que não se adequam totalmente dentro de uma zona e recebem desestímulos em índices de uso do solo.
- CXII. VIA PRIMÁRIA - Também denominada como via arterial ou preferencial, é aquela destinada a circulação de veículos entre áreas distantes, com acesso à áreas lindeiras, devidamente controladas.
- CXIII. VIA SECUNDÁRIA - É aquela que possibilita a circulação de veículos entre as vias primárias e o acesso às vias coletoras.
- CXIV. VIA LOCAL - É aquela destinada ao acesso direto aos lotes lindeiros e à movimentação do trânsito local.

- CXV. VÃO PRINCIPAL - É aquele definido para acesso, iluminação e/ou ventilação de ambientes de permanência prolongada, tais como: dormitórios, lojas e áreas de serviço.
- CXVI. VÃO SECUNDÁRIO - É aquele definido para acesso, iluminação e/ou ventilação de ambientes de permanência transitória, tais como “halls”, cozinhas e banheiros.
- CXVII. ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA - É a área compreendida pelas áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico Federal e Estadual.
- CXVIII. ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - É a área que pelos seus elementos naturais merece tratamento especial com a finalidade de preservar, recuperar ou revitalizar o meio ambiente.
- CXIX. ZONA DE RESERVA FLORESTAL - É a área considerada de preservação permanente, por ser indispensável à proteção de equilíbrio ecológico da região.

CAPÍTULO V

Das infrações e sanções

Art. 47º - Sem prejuízo das sanções civis e penais estabelecidas na Lei Federal nº. 6766/79, a realização de parcelamento sem aprovação da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-MA, enseja a notificação do seu proprietário ou de qualquer de seus responsáveis para paralisar imediatamente as obras, ficando ainda obrigado a apresentar todos os documentos necessários para abertura do processo de regularização do empreendimento nos 5 (cinco) dias úteis seguintes.

§ 1º Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações previstas no caput, o notificado fica sujeito, sucessivamente, a:

I - Pagamento de multa, no valor equivalente a R\$ 250,00 (duzentas e cinquenta reais), por metro quadrado do parcelamento irregular;

II - Embargo da obra, caso a mesma continue após a aplicação da multa, com apreensão das máquinas, equipamentos e veículos em uso no local das obras;

III - Multa diária no valor equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais, em caso de descumprimento do embargo.

§ 2º Caso o parcelamento esteja concluído e não seja cumprida a obrigação prevista no caput, o notificado fica sujeito, sucessivamente, a:

I - Pagamento de multa no valor equivalente a R\$ 250,00 (duzentas e cinquenta reais), por metro quadrado do parcelamento irregular;

II - Interdição do local;

III - Multa diária no valor equivalente a R\$ 300,00 (trezentas reais), em caso de descumprimento da interdição.

Art. 48º A falta de registro do parcelamento do solo enseja a notificação do proprietário a apresentar todos os documentos necessários para regularização junto ao cartório competente nos 5 (cinco) dias úteis seguintes.

Parágrafo Único. Em caso de descumprimento da obrigação prevista no caput, o notificado fica sujeito, sucessivamente, a:

I - Pagamento de multa, no valor equivalente a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por metro quadrado do parcelamento irregular;

II - Embargo da obra ou interdição do local, conforme o caso, e aplicação simultânea de multa diária equivalente a R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 49º A não conclusão das obras estabelecidas no cronograma sujeita o proprietário do parcelamento ao pagamento de multa no valor equivalente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, ou fração, de atraso.

Art. 50º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 51º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pastos Bons, Estado do Maranhão, em 30 de Maio de 2022.



ENOQUE FERREIRA MOTA NETO
Prefeito Municipal

PUBLICADA no Diário Oficial
do Município - DOM em
30 / 05 / 2022
Enoque Nunes Silveira Neto
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PASTOS BONS
Av. Domingos Sertões, 1000 Centro
CEP: 65.870-000 Pastos Bons - MA
CNPJ: 05.277.173/0001-75

ANEXO I

DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA OS PARCELAMENTOS

LOCAL	ÁREA MÍNIMA DO LOTE (M ²)	ÁREA MÁXIMA DO LOTE (M ²)	FRENTE MÍNIMA (M)	PERCENTUAL DE ÁREAS PÚBLICAS (%)
Áreas urbanas de dinamização	360,00	7.200,00	12,00	35
Áreas urbanas de consolidação	360,00	7.200,00	12,00	35
Área de interesse ambiental e turística de Pastos Bons	20.000,00	Definido por projeto específico	100,00	Definido por projeto específico
Área de interesse turística e de lazer na cidade de Pastos Bons	1.000,00	Definido por projeto específico	20,00	Definido por projeto específico
Áreas urbanas inseridas no distrito de Roçado	360,00	7.200,00	12,00	35
Área industrial	360,00	23.040,00	12,00	35

ANEXO II

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO SISTEMA VIÁRIO DOS LOTEAMENTOS

CARACTERÍSTICAS	VIA ARTERIAL	VIA COLETORA	VIA LOCAL
Faixa de domínio	32,00m	18,00m	15,00m
Largura da faixa de rolamento	3,50 m cada	3,50 cada m	3,50m
Largura do acostamento ou estacionamento em paralelo	2,50m em cada mão de tráfego	2,50m em cada mão de tráfego	2,00 em um dos lados da via
Leito carroçável, incluído acostamento	19,00m (9,5m em cada mão de tráfego)	12,00m (6,00m em cada mão de tráfego)	9,00m
Canteiro central	Aconselhável Mínimo = 6,00m	sem canteiro central	sem canteiro central
Passeios	4,00m de cada lado da via	3,00m de cada lado da via	2,50m

Observação: A via de trânsito rápido é regida por legislação específica

ATO ADMINISTRATIVO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EU, ENOQUE FERREIRA MOTA NETO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS-MA, FAÇO saber que a Câmara Municipal desta cidade **aprovou** o Projeto de Lei n.º 007/2022 de autoria do Poder Executivo que “Dispõe Sobre o Uso e Ocupação do Solo no Município de Pastos Bons (MA), e dá outras providências”, em sessão realizada aos vinte e sete (27) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

E de acordo com os princípios inscritos na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Legislação Municipal em vigor;

Fica Sancionada a Lei n.º 444/2022 de 30 de maio de 2022.

Proceda com a devida **PUBLICAÇÃO** no Diário Oficial do Município, para que todos tenham conhecimento.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pastos Bons-Ma, 30 de maio de 2022.

Enoque Ferreira Mota Neto
Prefeito Municipal de Pastos Bons-Ma.

conhecimento, controle, acompanhamento e fiscalização, no prazo de 15 (quinze) dias antes do início.

§6º No plano de ação e execução das obras, deverá constar a discriminação de valores, bens e serviços a serem executados.

Art. 2º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 3º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos relativos às operações de crédito previstas pelo artigo 1º.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada, bem como aos pagamentos de despesas custeadas com os recursos obtidos por meio das operações de crédito contratadas.

Art. 5º Para assegurar o pagamento integral das operações de crédito contratadas nos termos desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou dar garantias admitidas em direito.

Art. 6º As operações de crédito externo poderão ser garantidas pela União Federal.

§ 1º Para obter as garantias da União Federal, visando às contratações de operações de crédito externo, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantias ao Tesouro Nacional.

§ 2º As contragarantias de que trata o § 1º deste artigo compreendem os direitos e créditos, relativos ou resultantes das repartições tributárias constitucionais, a cessão ou constituição de garantias atenderá às seguintes prescrições:

I - Caráter irrevogável e irretroatável;

II - Cessão dos direitos e créditos a título "pro solvendo", ficando a quitação condicionada ao efetivo recebimento dos valores cedidos pelo credor;

III - sub-rogação automática da vinculação em garantia ou da cessão sobre os direitos e créditos que venham a substituir os impostos previstos no art. 159, inciso I, alíneas "b" e "d", da Constituição Federal, no caso de sua extinção, assim como em relação aos novos fundos que sejam criados em substituição;

IV - Outorga de poderes ao credor para cobrar e receber diretamente da União, ou do banco centralizador que faça as vezes de seu agente financeiro, os direitos e créditos dados em garantia, até o montante necessário ao pagamento integral das parcelas da dívida vencidas e não pagas, incluindo os respectivos acessórios, no caso de inadimplemento do Município;

V - Outorga de poderes ao credor para cobrar e receber diretamente da União, ou do banco centralizador que faça as vezes de seu agente financeiro, os direitos e créditos que tenham sido objeto de cessão, na data de vencimento das parcelas da dívida de responsabilidade do Município, até o limite do valor devido, incluindo os respectivos acessórios;

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 26 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2022.

LUCIO FLÁVIO ARAÚJO OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Itinga do Maranhão

Publicado por: LAIS DA SILVA NETA OLIVEIRA
Código identificador: 10547b1efa6b56d5de82eb07b3da4ec9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

LEI MUNICIPAL Nº 444/2022, DE 30 DE MAIO DE 2022

LEI MUNICIPAL Nº 444/2022, DE 30 DE MAIO DE 2022, DISPÕE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS (MA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, Estado do Maranhão, Enoque Ferreira Mota Neto, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Constituição Federal e a lei Orgânica do Município; FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI: CAPÍTULO I - NORMAS GERAIS - Art. 1º A presente Lei dispõe sobre o Parcelamento do Solo no Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, efetuado por particulares ou pelo Poder Público para qualquer fim, e será regulado pela presente Lei, obedecidas às normas federal e estadual relativas a matéria. § 1º O parcelamento do solo para fins urbanos, somente será permitido nas áreas urbanas definidas na Lei do Perímetro Urbano, observado o disposto na Lei de Uso e Ocupação do Solo. § 2º Nas Áreas Rurais somente será permitido o parcelamento do solo para fins rurais e a implantação das atividades dispostas no Decreto Federal nº 62.504, de 08 de abril de 1968, que regulamenta a Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Art. 2º Esta Lei tem por objetivo:

- I. Definir as normas e as diretrizes para o parcelamento do solo urbano e rural no Município de Pastos Bons (MA), determinando os requisitos e as restrições urbanísticas a serem respeitadas;
- II. Assegurar a observância de padrões de urbanização essenciais, de interesse da comunidade, no processo de parcelamento do solo;
- III. Dispor sobre os procedimentos para a aprovação, o licenciamento e o registro dos parcelamentos do solo;
- IV. Possibilitar o estabelecimento de padrões diferenciados de parcelamentos para atendimento às diversas atividades e à população de diversas faixas de renda.

Art. 3º A execução de qualquer forma de parcelamento do solo no Município de Pastos Bons (MA) dependerá de prévia licença da Prefeitura Municipal, obedecidas às diretrizes desta Lei. Parágrafo único. As disposições da presente Lei aplicam-se também aos parcelamentos efetuados, em virtude de divisão amigável ou judicial, para a extinção da comunhão ou para qualquer outro fim. Art. 4º Dependerá de exame e prévia anuência do Estado do Maranhão o parcelamento do solo para fins urbanos nas seguintes condições:

Localizado em áreas limítrofes dos Municípios ou quando parte do parcelamento pertencer a outro Município:

- I. Com área superior a 1.000.000.000 m² (um milhão de metros quadrados);
- II. Localizado na Área de Interesse Ambiental e Turística de Pastos Bons; Art. 5º O parcelamento do solo para fins urbano será feito mediante loteamento, desmembramento, reparcelamento e remembramento. § 1º Considera-se loteamento a subdivisão da gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. § 2º Considera-se desmembramento a subdivisão da gleba em lotes destinados a edificações, com aproveitamento de sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes. § 3º Considera-se reparcelamento a alteração de um parcelamento anteriormente aprovado e registrado em Cartório, que implique alteração dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres de uso público ou das áreas destinadas à instalação de equipamentos urbanos e comunitários. §

4º Considera-se remembramento o reagrupamento de lotes contíguos para a constituição de um único lote maior, importando na modificação das confrontações e limites dos lotes originais. Art. 6º Quanto ao uso a que se destina o parcelamento, pode ser classificado como:

Parcelamento para uso residencial - aquele destinado à implantação de atividades predominantemente residenciais, exercidas em função da habitação ou de atividades de comércio e serviços complementares ou compatíveis com a mesma;

- I. Parcelamento para uso industrial - aquele destinado à implantação de atividades predominantemente industriais e de atividades complementares ou compatíveis com a mesma;
- II. Parcelamento de interesse social - aquele destinado à edificação de conjunto habitacional de interesse social, com padrões urbanísticos, estabelecidos para a construção de habitação de caráter social, aprovados pelo Poder Público, para atender às classes de população de menor renda;
- III. Parcelamento para urbanização específica - aquele destinado à implantação de atividades estratégicas, para desenvolvimento do município ou área urbana, como por exemplo o turismo, onde é prevista a implantação de atividade predominante e de atividades complementares ou de apoio, compatíveis com a mesma. Art. 7º Não será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos: I - Em terrenos alagadiços ou sujeitos à inundações e antes de tomadas às providências para assegurar a proteção e o escoamento das águas; II - Em áreas de recargas de aquíferos; III - Em terrenos de mangues e restingas, antes de parecer técnico favorável do órgão estadual de proteção e conservação do meio ambiente; IV - Em terrenos que tenham sido aterrados com lixo ou material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; V - Em terrenos com declividade igual ou superior a 30 % (trinta por cento); VI - Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; VII - Em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até sua correção; VIII - Em áreas de preservação ecológica, definidas em legislação federal, estadual ou municipal; IX - Em terrenos que não tenham acesso direto à via ou logradouros públicos; X - Em sítios arqueológicos definidos em legislação federal, estadual ou municipal; XI - Nas pontas e pontais do litoral, estuários dos rios numa faixa de 100,00 m (cem metros). Art. 8º Esta Lei complementa as diretrizes e exigências de caráter urbanístico do Município de Pastos Bons. Art. 9º Integram esta Lei Complementar os Anexos I e II, com a seguinte denominação: I - Anexo I - Diretrizes urbanísticas para os parcelamentos do solo para fins urbanos; II - Anexo II - Características físicas do sistema viário dos loteamentos. CAPÍTULO II - as Definições Art. 10º Para efeito desta Lei, são adotadas as seguintes definições: I - Alinhamento - linha divisória entre as divisas do terreno e a via ou logradouro público; II - Área Institucional - área destinada à implantação de atividades de lazer, sociais, culturais, de culto, educação, administração, transporte e circulação e abastecimento; III - Área Pública - área destinada a sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a espaços livres de uso público; IV - Área Verde - área livre com vegetação nativa ou plantada; V - Arruamento - implantação de logradouros públicos ou vias destinadas à circulação, com a finalidade de proporcionar acesso a terrenos ou lotes urbanos; VI - Coeficiente de aproveitamento - relação entre a área total edificada e a área do lote, que corresponde a um índice que, multiplicado pela área do lote, resulta na área máxima de construção permitida

para o mesmo; VII - Declividade - relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal; VIII - Densidade - relação entre o número de habitantes e uma determinada área, incluindo vias e áreas verdes; IX - Desafetação de área - procedimento mediante o qual, um bem de domínio público é subtraído dessa condição, para ser incorporado ao domínio privado ou do Estado; X - Divisa - linha limite de um lote; XI - Equipamento Comunitário - são os equipamentos públicos destinados à educação, cultura, saúde, segurança, lazer e similares; XII - Equipamento Público - são os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado; XIII - Espaço Livre de Uso Público - área pública de uso comum do povo, destinada em sua maior parte ou exclusivamente à recreação, lazer e outras atividades exercidas ao ar livre, como praças, parques e áreas verdes; XIV - Faixa de Domínio - área de terreno de influência direta de uma via de circulação, destinada à sua operação e ampliação; XV - Faixa de Rolamento - cada uma das faixas que compõe a área destinada ao tráfego de veículos nas vias de circulação; XVI - Faixa de Servidão - espaço relativo às redes de infraestrutura e serviços públicos, implantados ou projetados, e correspondentes áreas não edificantes; XVII - Faixa não Edificante - área do terreno onde não é permitida qualquer construção ou edificação; XVIII - Faixa Sanitária - área não edificante para efeito de drenagem, captação de águas pluviais e rede de esgotos; XIX - Gleba - área de terra que ainda não foi objeto de parcelamento do solo; XX - Infraestrutura Básica - os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentada, ou não; XXI - Leito Carrocável - pista destinada ao tráfego de veículos nas vias de circulação, composta de uma ou mais faixas de rolamento; XXII - Logradouro Público - área pública destinada à circulação de veículos e pedestres, recreação e lazer; XXIII - Lote - terreno resultante de projeto de parcelamento do solo urbano, servido de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos em Lei específica, resultante do parcelamento de uma gleba para fins de urbanização; XXIV - Quadra - conjunto de lotes circundado por vias de circulação, resultante de processo regular de parcelamento do solo para fins urbanos; XXV - Termo de Verificação - ato pelo qual a Prefeitura, após a devida vistoria, certifica a execução correta das obras exigidas pela legislação competente; XXVI - Testada do lote ou divisa frontal do lote - divisa de menor dimensão linceira à via de circulação; XXVII - Via de ligação regional ou municipal - a rodovia, ou trecho, com função de proceder a ligação com Município vizinho ou entre Distritos do Município; XXVIII - Via de trânsito rápido - a via que liga dois pontos de uma área conturbada, caracterizada pelo tráfego livre e o desenvolvimento de velocidade; XXIX - Via arterial - a via de ligação entre bairros, caracterizada pela função de passagem, pelo tráfego fluente de veículos e pelo acesso indireto às atividades linceiras; XXX - Via coletora - a via que distribui o tráfego entre as vias locais e as arteriais e se caracteriza pela função de acessibilidade às atividades linceiras e onde não é facilitado o desenvolvimento de velocidade; XXXI - Via local - a via de tráfego lento e baixa velocidade que dá acesso direto às unidades imobiliárias; XXXII - Via de pedestre - a via destinada à circulação de pedestres; XXXIII - Vistoria - diligência efetuada pela Prefeitura,

tendo como objetivo verificar as condições de uma construção ou obra. XXXIV - Cul de Sac - Extremidade de uma via pública que permite a manobra de veículos.

CAPÍTULO III - Dos Requisitos Urbanísticos - Art. 11

Os parcelamentos do solo para fins urbanos devem atender às seguintes condições: I - Os lotes terão área mínima, área máxima e frente mínima, conforme estabelecido no Anexo I, desta Lei; II - A relação entre a profundidade e a testada do lote não será superior a 5 (cinco), salvo maiores exigências estabelecidas na presente Lei; III - As quadras não poderão apresentar extensão superior a 100 m (cem metros); IV - Os lotes deverão confrontar-se com via pública, vedada a frente exclusiva para vias de pedestres, à exceção dos parcelamentos de interesse social; V - Os lotes situados em esquina deverão ter na concordância de suas testadas um chanfro ou curva de concordância com um raio mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros); VI - Os lotes situados nas esquinas deverão ter área 12 % superior aos demais lotes das respectivas quadras onde estiverem inseridos. VII - Nos parcelamentos realizados ao longo de águas correntes ou dorrentes é obrigatória a manutenção de uma faixa de uso público com largura mínima de 15,00m (quinze metros) além das faixas de preservação permanente, nas quais, se for de interesse público, possam ser implantados mobiliário urbano que possibilite o lazer público e a prática de exercícios físicos, trilhas e ciclovias; VIII - Ao longo das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, é obrigatória a reserva de uma faixa não edificante, com largura mínima de 15,00 m (quinze metros) de cada lado; IX - As vias do loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, em conformidade com o respectivo Relatório Técnico, e harmonizar-se com a topografia local; X - Na implantação dos projetos de parcelamento deverão ser preservadas as florestas e demais formas de vegetação natural dos estuários de rios e áreas lacustres, bem como a fauna existente.

SEÇÃO I - Do Loteamento. Art. 12º Nos loteamentos localizados nas áreas urbanas de dinamização, consolidação, de expansão, estratégicas, deverá se observar os seguintes requisitos: I - O percentual de áreas públicas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como os espaços livres de uso público, não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo maiores exigências estabelecidas nesta Lei, observando o que se segue: a) mínimo de 5% (cinco por cento) da gleba para espaços livres de uso público; b) mínimo de 15% (quinze por cento) da gleba para equipamentos comunitários. II - Implantação no mínimo da seguinte infraestrutura urbana: a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas; b) Sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas; c) Pavimentação em todas as vias do parcelamento; d) Sistema de abastecimento de água potável; e) Sistema de rede de energia elétrica. § 1º A localização dos espaços livres de uso público e das áreas destinadas aos equipamentos comunitários será definida de acordo com os interesses do Município, reservando-se à Prefeitura o direito de recusar as áreas estabelecidas no projeto de parcelamento podendo, neste caso, designar outras de seu interesse. § 2º Não serão aceitas no cálculo do percentual de que trata este artigo as áreas de preservação permanente, as faixas de servidão de redes e dutos e as faixas de domínio de rodovias e ferrovias, em conformidade com a legislação

pertinente. § 3º Será definido por decreto os parcelamentos localizados na Área de Interesse Ambiental e Turística de Pastos Bons, observada o seguinte: I - Espaços livres visando a implantação de áreas verdes e ou que preservem a vegetação existente; II - Espaço para equipamentos comunitários ou atividades que permitam acesso público. § 4º Nos parcelamentos localizados na Área de Interesse Turístico e de Lazer, na cidade de Pastos Bons, o percentual de ocupação não poderá ser superior a 35 % (trinta e cinco por cento) da gleba, observada a seguinte proporção: I - 10 % (dez por cento) para espaços livres que preservem a vegetação existente; II - 5% (cinco por cento) para equipamentos comunitários ou atividades que permitam acesso público. § 5º Nas áreas urbanas, o percentual de áreas públicas não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, observada a seguinte proporção: I - 10% (dez por cento) para espaços livres de uso público, visando à implantação de áreas verdes e ou manter a vegetação existente; II - 5% (cinco por cento) para equipamentos comunitários. § 6º Nas Áreas Industriais, quando os lotes tiverem dimensão superior a 15.000m² (quinze mil metros quadrados), o percentual de áreas públicas poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, mantida a proporção mínima estabelecida no caput deste artigo. § 7º Nas áreas urbanas o percentual de áreas públicas não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba observada a seguinte proporção: I - 10% (dez por cento) para espaços livres de uso público, visando à implantação de áreas verdes e ou manter a vegetação existente; II - 5% (cinco por cento) para equipamentos comunitários. Art. 13º Os loteamentos inseridos na Área de Interesse Ambiental e Turístico do Município de Pastos Bons, fora do perímetro urbano, deverão observar os seguintes requisitos: I - Lote mínimo de 2 (dois) hectares onde deverão ser incentivados os usos relacionados ao turismo e permitidos apenas uso residencial, comércio e serviço de apoio à atividade principal e, tolerado o uso institucional local; II - Garantido o acesso às margens das lagoas em toda a sua extensão, para residentes e não residentes da área; III - reserva de faixa de preservação permanente, de no mínimo: a) 150,00 m (cento e cinquenta metros) no entorno lagoas e nascentes; b) 100,00 m (cem metros) no entorno dos mananciais utilizados para captação de água potável; c) 30,00 m (trinta metros) ao longo dos rios ou outro curso d'água qualquer, contribuintes dos mananciais observadas ainda as exigências da legislação ambiental; IV - Densidade de ocupação de um habitante para cada quatrocentos metros quadrados ou 25 (vinte e cinco) habitantes por hectare; V - Tratamento do terreno natural dos lotes em curvas de nível e implantação de caixas de coleta de águas de chuva, para aproveitamento como recarga artificial de aquíferos, de maneira a evitar o lançamento de águas pluviais nas áreas públicas; VI - Implantação no mínimo da seguinte infraestrutura urbana: a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas; b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas; c) pavimentação em todas as vias do parcelamento; d) sistema de abastecimento de água potável; e) sistema de rede de energia elétrica. § 1º Não será permitida a deposição de esgotos sanitários, lixo e resíduos nas praias, manguezais, na orla dos cursos d'água e canais. § 2º Na implantação dos projetos de loteamento será obrigatória a manutenção da vegetação existente e a

observância à topografia local, não se permitindo movimento de terra, cortes e aterros, que possam alterar predatoriamente as formas dos acidentes naturais da região. Art. 14º Os loteamentos inseridos na Área de Interesse Turístico e de Lazer da cidade deverão observar os seguintes requisitos: I - Lote mínimo de 1.000,00 m² (mil metros quadrados) onde deverão ser incentivados os usos relacionados ao turismo e ao lazer e tolerados os demais usos identificados em projeto específico; II - Garantia o acesso às margens de lagoas, conforme diretrizes definidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Pastos Bons; III - Reserva de faixa de preservação permanente, de no mínimo: a) 150,00 m (cento e cinquenta metros); b) 100,00 m (cem metros) no entorno dos mananciais utilizados para captação de água potável; c) 30,00 m (trinta metros) ao longo dos rios ou outro curso d'água qualquer, contribuintes dos mananciais observadas ainda as exigências da legislação ambiental; IV - Implantação no mínimo da seguinte infraestrutura urbana: a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas; b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas; c) pavimentação em todas as vias do parcelamento; d) sistema de abastecimento de água potável; e) sistema de rede de energia elétrica. Art. 15º Nas áreas urbanas os loteamentos deverão observar aos seguintes requisitos: I - Implantação, no mínimo, dos seguintes equipamentos urbanos: a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas; b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas; c) pavimentação com piso filtrante em todas as vias do parcelamento; d) sistema de abastecimento de água potável; e) sistema de rede de energia elétrica. II - vedada à ocupação e a abertura de vias antes de 300,00 m (trezentos metros), correspondentes à sobreposição da faixa de domínio da União e da área de proteção de restinga, contados perpendicularmente a partir da linha de preamar máxima, de acordo com as Resoluções CONAMA; III - o sistema de circulação deve assegurar o domínio predominante do pedestre junto à orla, observando provimento de área para estacionamento de veículos e impedimento de vias de tráfego de passagem nesses locais. Art. 16º Nas áreas urbanas os loteamentos deverão observar os seguintes requisitos: I - Implantação, no mínimo, dos seguintes equipamentos urbanos: a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas; b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas; c) pavimentação em todas as vias do parcelamento; d) sistema de abastecimento de água potável; e) sistema de rede de energia elétrica. Art. 17º Quando o loteamento estiver localizado em área limítrofe do Município ou que pertença a mais de um Município, observar-se-á: I - As ruas ou estradas existentes ou projetadas que compõem o sistema viário do Município onde se pretende implantar o loteamento deverão articular-se com as do Município vizinho, mantendo as mesmas características; II - Quando a divisa intermunicipal não for um curso d'água é obrigatória a execução de uma via de circulação na divisa, acompanhando o traçado da mesma. Art. 18º Os loteamentos destinados ao uso industrial serão permitidos nas Áreas Industriais deverão: I - Dispor, em seu interior, de áreas de

proteção ambiental que minimizem os efeitos da poluição, em relação a outros usos; II - Prever locais adequados para o tratamento dos resíduos líquidos provenientes de atividade industrial, antes de serem despejados em águas marítimas ou interiores, superficiais e subterrâneas; III - Manter, em seu entorno, anéis verdes de isolamento capazes de proteger as áreas circunvizinhas. Parágrafo único. Nos loteamentos de que trata este artigo deverão ser implantados, no mínimo, os seguintes equipamentos: I - Rede de equipamentos para distribuição de água; II - Sistema de coleta, tratamento e deposição de esgotos industriais e sanitários, nos termos da legislação vigente; III - Rede de escoamento de águas pluviais; IV - Rede de energia elétrica; V - Pavimentação adequada das vias e assentamento de meios fios. SEÇÃO II Do Sistema Viário dos Loteamentos Art. 19º As vias públicas dos loteamentos são classificadas como: I - De ligação regional; II - De trânsito rápido; III - Arterial; IV - Coletora; V - Local. Parágrafo único. As características físicas das vias de que trata este artigo, encontram-se definidas no Anexo II desta Lei. Art. 20º As vias previstas nos projetos de loteamento deverão articular-se com o sistema viário oficial adjacente, seja existente ou projetado, dando, sempre que possível prosseguimento à malha viária já implantada, harmonizando-se com a topografia local. Art. 21º O projeto do sistema viário de circulação deverá ser elaborado de modo a evitar o trânsito de passagem para veículos por meio de vias locais, que se destinarão preferencialmente ao acesso aos lotes lindeiros. Art. 22º As vias locais que terminam em "cul de sac" deverão ter comprimento máximo de 200,00m (duzentos metros), considerados entre a via transversal que lhe dá acesso e o "cul de sac", que deverá observar raio mínimo de 10,00m (dez metros). Parágrafo único. As vias locais da Área de Interesse Ambiental e Paisagístico de Pastos Bons e da Área de Interesse Turístico e de Lazer poderão ter características especiais, definidas em Projeto Específico e submetido à aprovação dos órgãos competentes. SEÇÃO III Do Desmembramento Art. 23º Nos projetos de desmembramento a reserva de áreas públicas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários e aos espaços livres de uso público, não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento) da gleba. Art. 24º Não será permitido o desmembramento na Área de Interesse Ambiental e Turística de Pastos Bons em lotes inferiores a 2 (dois) hectares. Art. 25º Aplicam-se ao desmembramento, no que couber, as demais disposições urbanísticas exigidas para o loteamento. SEÇÃO IV Do Reparcelamento Art. 26º Nos projetos relativos a reparcelamento é obrigatória a manutenção do percentual de áreas públicas transferido ao Município no parcelamento original, respeitado o percentual mínimo exigido nesta Lei. Parágrafo único. A desafetação das áreas de domínio público, relativas ao reparcelamento, depende de prévia audiência pública e autorização legislativa. Art. 27º Para o fim de regularizar a configuração dos lotes, a Prefeitura Municipal poderá promover, quando necessário, o reparcelamento de áreas urbanas. Art. 28º Aplicam-se ao reparcelamento, no que couber, as demais disposições urbanísticas exigidas para o loteamento. SEÇÃO V - Do Remembramento Art. 2º O remembramento poderá ocorrer: I - Por meio da aprovação pelo Prefeito Municipal, nos casos de lotes não edificados II - Por meio da aprovação de projeto de edificação e emissão da Carta de Habite-se. § 1º Nos casos previstos no inciso II a Carta de Habite-se será o documento comprobatório da autorização para o

remembramento, devendo possuir observação específica sobre o fato, bem como o novo endereçamento, as medidas e a área resultante. § 2º Quando ocorrer projeto de edificação que utilize dois ou mais lotes de proprietários distintos, deverá ser apresentado documento com a anuência dos proprietários dos lotes. § 3º O remembramento de lotes, quando um deles estiver edificado, fica condicionado à apresentação de plano de ocupação ou projeto de edificação, sendo também formalizado quando da expedição da Carta de Habite-se. § 4º Em qualquer dos casos previstos neste artigo deverá ser providenciada a averbação do imóvel único junto ao Cartório de Registro de Imóveis. § 5º A área da unidade resultante deverá estar de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e na legislação de Uso e Ocupação do Solo. Art. 30º Aplicam-se ao remembramento, no que couber, as demais disposições urbanísticas exigidas para o loteamento. CAPÍULO IV Do Parcelamento do Solo Para Fins Rurais Art. 31º A Área Rural de Uso Intensivo e a Área Rural de Uso Controlado somente poderá ser parcelada para fins de exploração turística, agrícola, pecuária, extrativismo vegetal ou agroindustrial, exploração de petróleo, instalação de refinarias, de termoeletricas e outras atividades afins de interesse do Município, respeitadas as restrições ambientais. § 1º Na área rural de uso intensivo o parcelamento do solo deverá obedecer ao módulo mínimo estabelecido para o Município pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. § 2º Na área rural de uso controlado o parcelamento do solo deverá obedecer ao módulo mínimo de 2 (dois) hectares, considerada a alta sensibilidade ambiental das regiões em que estão situadas. § 3º Todos os parcelamentos do solo para fins rurais dependerão de prévio licenciamento ambiental. § 4º Não serão exigidos para os parcelamentos de que tratam este Capítulo os demais requisitos urbanísticos previstos nesta Lei. Art. 32º Nos termos do que estabelece o Decreto Federal n.º 62.504/68, será permitida a implantação de atividades urbanas de apoio à atividade rural, que visem atender interesses de ordem pública, do tipo: I - Destinados à instalação de estabelecimentos comerciais, quais sejam: a) postos de abastecimento de combustíveis, oficinas mecânicas, garagens e similares; b) lojas, armazéns, restaurantes, hotéis e similares; c) silos, depósitos e similares. II - Destinados a fins industriais, quais sejam: a) barragens, represas ou açudes; b) oleodutos, aquedutos, estações elevatórias, estações de tratamento de água, instalações produtoras e de transmissão de energia elétrica, instalações transmissoras de rádio, de televisão e similares; c) extrações de minerais metálicos ou não e similares; d) instalação de indústrias em geral. III - Destinados à instalação de serviços comunitários na Zona Rural de Uso Controlado, quais sejam: a) Portos marítimos, fluviais ou lacustres, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias e similares; b) Colégios, asilos, educandários, patronatos, centros de educação físicas e similares; c) Postos de saúde, ambulatórios, sanatórios, hospitais, creches e similares; d) Igrejas, templos e capelas de qualquer culto reconhecido, cemitérios ou campos santos e similares; e) Conventos, mosteiros ou organizações similares de ordens religiosas reconhecidas; f) Áreas de recreação pública, cinemas, teatros e similares. CAPÍTULO V Dos Procedimentos para Aprovação do Projeto de Parcelamento Art. 33º Antes da elaboração do projeto de parcelamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas

reservadas para equipamento urbano e comunitárias, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel contendo, pelo menos: I - As divisas da gleba a ser loteada, em planta planialtimétrica cadastral, georreferenciada de acordo com o sistema geodésico utilizado no Município, em escala adequada ao entendimento das características do terreno, contendo no mínimo: a) as curvas de nível em distância adequada à natureza do projeto; b) a localização dos cursos d'água, nascentes, bosques e construções existentes; c) a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências numa faixa de 100 metros, com as respectivas distâncias da área a ser loteada; d) o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina; e) as características, dimensões e localização das zonas de uso contíguas; f) os condicionantes físicos, ambientais e legais para uso e ocupação do solo. § 1º A Prefeitura deverá fornecer a monografia dos marcos geodésicos implantados no Município. § 2º As informações de que trata este artigo serão entregues à Prefeitura: I - Em meio digital, compatível com o sistema utilizado pela Prefeitura; II - Em meio impresso, com mínimo de duas cópias. Art. 34º A Prefeitura Municipal indicará nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal: I - As ruas ou estradas existentes ou projetadas, que compõem o sistema viário da cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas; II - O traçado básico do sistema viário principal; III - A localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público; IV - As faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não edificáveis; V - A categoria de área urbana em que se insere e os usos compatíveis. Parágrafo único. As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos. Art. 35º Nos casos estabelecidos no art. 4º desta Lei, a Prefeitura Municipal encaminhará à Secretaria de Estado competente planta do imóvel na escala de 1:5.000 (um por cinco mil), com curvas de nível de 5 em 5,00 m (cinco metros), com uma cópia já contendo a indicação das diretrizes municipais, acompanhada dos seguintes documentos: I - Declaração das concessionárias de serviço público de saneamento, energia elétrica, comunicações e gás natural quanto à viabilidade de atendimento da gleba a ser parcelada; II - Planta de situação da gleba a ser indicada com base na Carta do Brasil, elaborada pela Fundação Instituto de Geografia e Estatística - IBGE, edição de 1978. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos projetos de reparcelamento e remembramento. Art. 36º Após a indicação das diretrizes estaduais, nos termos da legislação específica, a Secretaria de Estado competente encaminhará as plantas à Prefeitura Municipal de Pastos Bons para a elaboração do projeto pelo interessado. Parágrafo único: As diretrizes estaduais terão validade pelo prazo máximo de 1 (um) ano. Art. 37º Orientado pelas diretrizes municipais, e estaduais quando houver, o projeto, contendo desenhos, memorial descritivo e cronograma de execução das obras com duração máxima de 4 (quatro) anos, será apresentado à Prefeitura Municipal, ressalvado o disposto no § 4º do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766/79, acompanhado de: I - Respostas das concessionárias sobre condição de atendimento de infraestrutura; II - Certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente; III -

Certidão negativa de tributos municipais e do competente instrumento de garantia. § 1º Os desenhos conterão pelo menos: I - A Subdivisão em quadras e lotes, com as respectivas dimensões e numeração; II - O Sistema de vias com a respectiva hierarquia; III - As dimensões lineares e angulares ou projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias; IV - Os perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças; V - A indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas; VI - A indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais, com determinação de pontos de lançamento e procedimentos técnicos para a redução das cargas dinâmica dos efluentes e de recolhimento de resíduos antes do lançamento no corpo receptor; VII - A indicação de lançamento das redes de infraestrutura básica. § 2º O memorial descritivo deverá conter, obrigatoriamente, pelo menos: I - A descrição sucinta do loteamento, com as suas características e a fixação da zona ou zonas dos usos e ocupações predominantes II - As condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas; III - A indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato de registro do loteamento; IV - A enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências. § 3º Caso se constate, a qualquer tempo, que a certidão da matrícula apresentada como atual não tem mais correspondência com os registros e averbações cartorárias do tempo da sua apresentação, além das consequências penais cabíveis, serão consideradas insubsistentes tanto as diretrizes expedidas anteriormente, quanto às aprovações consequentes. § 4º O cronograma de execução de obras deverá constar, no mínimo, do seguinte: I - Execução das vias de circulação do loteamento; II - Demarcação dos lotes, quadras e logradouros; III - obras de escoamento das águas pluviais; IV - Implantação das redes de abastecimento de água, rede coletora e tratamento de esgoto sanitário e energia elétrica; V - Pavimentação das vias. § 5º O prazo para aceitação ou recusa das obras será de 60 (sessenta) dias. § 6º É de responsabilidade exclusiva do loteador a execução de todas as obras referidas no § 4º deste artigo, constantes dos projetos aprovados pela entidade competente, as quais serão fiscalizadas pelos órgãos técnicos municipais. § 7º A instalação dos serviços públicos, pelas concessionárias, é condicionada ao visto da Prefeitura Municipal no projeto aprovado pela entidade competente. Art. 38º A proposta de garantia para execução das obras de que trata o art. 35, poderá ser das seguintes modalidades I - Garantia hipotecária; II - Caução em dinheiro. § 1º A garantia referida neste artigo terá o valor equivalente ao custo orçamentado das obras, aceito pelos órgãos técnicos municipais. § 2º A garantia prestada poderá ser liberada, à medida que forem executadas as obras e na seguinte proporção: I - 30% (trinta por cento) quando concluída a abertura das vias, assentamento de meios-fios e de rede de águas pluviais; II - 30% (trinta por cento) quando concluída a instalação das redes de abastecimento de água, rede coletora e tratamento de esgoto sanitário e energia elétrica; III - 40% (quarenta por cento) quando concluída a pavimentação e demais serviços. Art. 39º Na hipótese em que for adotada a modalidade de garantia hipotecária, deverá ser destinado, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da área útil do loteamento

para este fim, observado o seguinte: I - Nas cópias das plantas do projeto de loteamento, a Prefeitura, de acordo com o interessado, relativamente às parcelas da gleba a serem dadas em garantia hipotecária ao Município, fará a sua localização, segundo descrição e caracterização, que levará em conta o sistema viário, as quadras e os lotes projetados; II - A Prefeitura fornecerá ao interessado, para efeito de registro, juntamente com a escritura pública de constituição de garantia hipotecária, cópia autenticada da planta do projeto de loteamento, onde conste a área dada em garantia, devidamente delimitada e caracterizada. Art. 40º Nos casos previstos no art. 4º desta Lei, o projeto de parcelamento deverá ser encaminhado, antes da aprovação pela Prefeitura Municipal aos órgãos estaduais competentes, para proceder ao exame, acompanhados dos documentos estabelecidos na legislação estadual. Art. 41º O certificado de exame e anuência prévia pelo Estado valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da aprovação municipal, sob pena de caducidade, se neste prazo não for promovido o registro do projeto de parcelamento junto ao Registro de Imóveis. Parágrafo único. Concedida a anuência prévia, o projeto será devolvido à Prefeitura Municipal a quem compete sua aprovação. Art. 42º Depois de prestada a garantia de que trata o artigo 36 e após análise pelo órgão central de planejamento o projeto de parcelamento será remetido à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, para posterior envio ao Prefeito Municipal para o respectivo Decreto de Aprovação do loteamento. § 1º O prazo para aprovação ou rejeição do projeto de parcelamento será de 90 (noventa) dias. § 2º O projeto aprovado deverá ser executado no prazo constante do cronograma de execução, sob pena de caducidade da aprovação. § 3º O ato de aprovação será publicado no Diário Oficial do Município. Art. 43º Deverá ser requerida Licença para início de obras à Prefeitura pelo interessado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do Decreto de Aprovação, caracterizando-se o início de obra pela abertura e nivelamento das vias de circulação. Parágrafo Único. O requerimento da Licença deverá ser acompanhado dos projetos do sistema de alimentação e distribuição de água, do sistema de esgoto sanitário, da rede de energia elétrica e da rede de iluminação pública, aprovados pelas respectivas empresas concessionárias de serviço público. Art. 44º A edificação em lotes resultantes de projeto de parcelamento aprovado, depende de sua inscrição no Cartório de Registro de Imóveis e da execução das obras estabelecidas nesta Lei, comprovada mediante inspeção pelos órgãos de fiscalização municipais. Parágrafo Único. A Prefeitura poderá licenciar edificações, simultaneamente, à execução das obras de urbanização, condicionando o fornecimento da Carta de Habite-se à conclusão das obras vinculadas ao cronograma aprovado. CAPÍTULO VI - ZONEAMENTO

Art. 45º - Área Urbana: Bairros da Cidade

- I. São José
- II. Aparecida (poeirão)
- III. Campo Agrícola
- IV. Fazendinha
- V. São Bento (Centro)
- VI. Santa Maria
- VII. São Sebastião (lagoa do boi)

Art. 46º - Área dos Povoados de Pastos Bons:

- I. Angical
- II. Alegria

- III. Anajás
- IV. Algodão
- V. Barra
- VI. Brejão
- VII. Bonito
- VIII. Boa Vista
- IX. Bom Jardim
- X. Bauriti
- XI. Cana Brava
- XII. Coqueiro
- XIII. Carrapato
- XIV. Cabeceiras
- XV. Cumbe
- XVI. Camaçari
- XVII. Coité
- XVIII. Canto Escuro
- XIX. Caiçara
- XX. Empoeira
- XXI. Fortes
- XXII. Flor do Tempo
- XXIII. Gado Bravo
- XXIV. Guaribas
- XXV. Gongá
- XXVI. Garapa
- XXVII. Inhuma
- XXVIII. Jatobá
- XXIX. Lages
- XXX. Lameiro
- XXXI. Lindóia
- XXXII. Mosquito
- XXXIII. Morro Redondo
- XXXIV. Mucunã
- XXXV. Coité
- XXXVI. Orozimbo
- XXXVII. Papagaio
- XXXVIII. Pintadas
- XXXIX. Pedra de Fogo
- XL. Quatis
- XLI. Roçado
- XLII. Raposa
- XLIII. Santa fé
- XLIV. Sangue
- XLV. São Joaquim
- XLVI. Santa Luiza
- XLVII. Sapucaia
- XLVIII. Saquinho dos Brunos
- XLIX. Sucupira do Zé Horácio
- L. Sítio Velho
- LI. Salobo
- LII. Saco de Boi
- LIII. Taboca
- LIV. Terra Dura
- LV. Tróia
- LVI. Varzea do Meio
- LVII. Vão Fundo
- LVIII. Várzea Formosa
- LIX. Vão Lage
- LX. Vão da Cobra
- LXI. Vão da Vintura
- LXII. Vaca Preta
- LXIII. Vão da Cana

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DEFINIÇÕES GERAIS

Art. 46º - Para os efeitos desta lei, ficaram estabelecidas as seguintes definições:

- I. ACESSO - Chegada, entrada, aproximação, trânsito, passagem.
- II. AFASTAMENTO - É a menor distância entre duas

edificações ou entre uma edificação e as linhas divisórias do lote onde se situam. O afastamento é frontal, lateral ou de fundos, quando estas divisórias forem, respectivamente, a testada, os lados e os fundos do lote.

- III. ALINHAMENTO - É a linha projetada e locada ou indicada, que limite o lote em relação à via pública.
- IV. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - É o documento fornecido pela Prefeitura autorizando a construção de edificações.
- V. ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO - É o documento fornecido pela Prefeitura autorizando o exercício de uma atividade em local determinado.
- VI. ALVARÁ DE PEQUENOS SERVIÇOS - É o documento fornecido pela Prefeitura autorizando a construção de pequenas reformas e/ou ampliações, estabelecidas no máximo de até 30% (trinta por cento) da área já construída.
- VII. ANDAR - Qualquer pavimento acima da ré do chão.
- VIII. ANDAR TÊRREO - É o pavimento à ré do chão.
- IX. APARTAMENTO - É uma habitação distinta que compreende no mínimo uma sala, um dormitório, um compartimento sanitário e de banho e uma cozinha.
- X. ÁREA BRUTA - É a área resultante de soma de áreas úteis com as áreas de seções horizontais das paredes.
- XI. ÁREA BRUTA DO PAVIMENTO - É a soma da área útil do pavimento com áreas de seções horizontais das paredes.
- XII. ÁREA BRUTA DA UNIDADE - É a soma da área útil da unidade com as áreas das seções horizontais das paredes que separam os compartimentos.
- XIII. ÁREA DESTINADA AOS ARRUAMENTOS - É a área destinada à movimentação de pessoas ou veículos, compreendendo passeios e caixas de rua.
- XIV. ÁREA FECHADA - É a área guarnecida por paredes em todo o seu pavimento.
- XV. ATME - É a Área Total Máxima de Edificação, que é a relação máxima entre a área de construção da edificação e a área do terreno.
- XVI. ÁREA LIVRE DE RECREAÇÃO - É o espaço, geralmente descoberto destinado à utilização pública de caráter recreativo.
- XVII. ÁREA LIVRE DO LOTE - É o espaço descoberto, livre de edificações ou construções dentro dos limites do lote e que só pode ter 1/3 de sua área pavimentada.
- XVIII. ÁREA "NON AEDIFICANDI" - É a área na qual a legislação em vigor nada permite construir ou edificar.
- XIX. ÁREA ÚTIL - É a área do piso de um compartimento.
- XX. ÁREA ÚTIL DO PAVIMENTO - É a soma das áreas úteis das unidades, com as áreas úteis das partes comuns em um pavimento.
- XXI. ÁREA ÚTIL DA UNIDADE - É a soma das áreas dos compartimentos, habitáveis ou não da unidade. ÁREA INSTITUCIONAL - É o espaço reservado num parcelamento do solo para implantação de equipamentos comunitários.
- XXII. ÁREA COMERCIAL - É o espaço reservado num parcelamento para implantação de comércio local.
- XXIII. ARRUAMENTO - É o espaço destinado à circulação de veículos ou pedestre.
- XXIV. ARMAZÉM - Ver galpão.
- XXV. ÁREA DE SERVIÇO - É aquela destinada a atividades de lavagens e enxuga ou depósito de roupas, existentes nas unidades residenciais.
- XXVI. BAR - Estabelecimento comercial onde se servem refeições ligeiras e bebidas, inclusive alcoólicas, em balcões ou em mesas.
- XXVII. BIROSCA - É um estabelecimento comercial para venda de alimentos a varejo, tipo feira.
- XXVIII. BLOCO RESIDENCIAL - Um dos elementos independentes que integram um conjunto de edifícios

- residenciais.
- XXIX. CAIXA DE RUA - Parte do logradouro destinada ao rolamento de veículos.
- XXX. CALÇADA - O mesmo que passeio.
- XXXI. CASAS GEMINADAS - São as que tendem paredes comuns, formam um conjunto arquitetônico único.
- XXXII. CENTRO COMERCIAL - É um edifício ou um conjunto de edifícios, divididos em compartimentos destinados exclusivamente a comércio.
- XXXIII. CIRCULAÇÃO - Designação genérica dos espaços necessários à movimentação de pessoas ou veículos
- XXXIV. COBERTURA - É o teto de uma edificação.
- XXXV. COMPARTIMENTO - Diz-se de cada uma das divisões dos pavimentos da edificação.
- XXXVI. CONJUNTO RESIDENCIAL - É um agrupamento de habitações isoladas ou múltiplas obedecendo a uma planificação urbanística pré-estabelecida.
- XXXVII. CONserto DE UMA EDIFICAÇÃO - É o conjunto de pequenas obras de manutenção que não modifica nem substitui a compartimentação e os elementos construtivos essenciais da edificação, tais como: pisos, paredes, telhados, esquadrias, escadas, etc.
- XXXVIII. CONSTRUIR - É o modo geral de realizar qualquer obra nova.
- XXXIX. CORREDOR PRIMARIO - É a faixa de terreno cortada por vias primárias com utilização de uso do solo adequado a, principalmente, serviços e comércio.
- XL. CORREDOR CONSOLIDADO - É a faixa de terreno cortada por vias secundárias com sua conformação, uso e ocupação já definidos.
- XLI. CORREDOR SECUNDARIO - É a faixa de terreno cortada por vias secundárias (secundárias ou coletoras) com utilização de uso do solo adequado a, principalmente, serviços e comércio.
- XLII. DESMEMBRAMENTO - É a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem o prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- XLIII. DIVISA - É a linha que separa o lote das propriedades confinantes.
- XLIV. EDIFICAÇÕES - São as construções destinadas a abrigar qualquer atividade humana. EDIFICAÇÕES CONTIGUAS - São aquelas que apresentam uma ou mais paredes contíguas às de outra edificação.
- XLV. EDIFICAÇÃO ISOLADA - É aquela não contígua às divisas do lote.
- XLVI. EDIFICAÇÃO DE USO EXCLUSIVO - É aquela destinada a abrigar só uma atividade comercial ou industrial, apresentando uma única numeração
- XLVII. EDIFICAÇÃO DE USO MISTO - É a edificação que abriga usos diferentes e, quando um deste for uso residencial, o acesso às unidades residenciais se faz sempre através de circulações independentes dos demais usos.
- XLVIII. EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR - É aquela destinada ao uso residencial multifamiliar. O conjunto de duas ou mais unidades residenciais em uma só edificação
- XLIX. EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR - É aquela que abriga apenas uma unidade residencial.
- L. EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS - O mesmo que edificação multifamiliar.
- LI. EDIFÍCIO COMERCIAL - É aquele destinado a lojas ou salas comerciais que exigem contato com o público na qual unicamente as dependências do porteiro ou zelador são utilizadas para uso residencial.
- LII. EDIFÍCIO RESIDENCIAL - É aquele destinado ao uso residencial.
- LIII. ESCRITORIO - Sala ou grupo de salas destinadas a atividades não diretamente orientadas para o público (ver sede administrativa).
- LIV. ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS - Local coberto ou descoberto em um lote destinado a estacionar veículos.
- LV. ESTABELECIMENTO DE ENSINO - Edificação pública ou particular destinada à educação e ao ensino.
- LVI. FACHADA PRINCIPAL - É a fachada do edifício voltada para o logradouro ou para o logradouro principal.
- LVII. FAIXA DE DOMÍNIO - É a base física sobre a qual assenta uma via, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento dos lotes que separam a via dos imóveis marginais ou da faixa do recuo.
- LVIII. FRENTE OU TESTADA DO LOTE OU TERRENO - Ver testada do lote.
- LIX. FUNDO DE LOTE - É a parte do lote adjacente à divisa ou às divisas de fundos, não tendo ponto comum com a testada.
- LX. GABARITO - É o número de pavimentos permitidos ou fixados para uma construção ou edificação em determinada zona.
- LXI. GALPÃO - É a edificação destinada geralmente aos fins industriais ou comerciais e construída por cobertura e paredes ou colunas, cuja área é techada, parcial ou totalmente, em seu perímetro. GARAGEM - Área coberta para guarda individual ou coletiva de veículos.
- LXII. GLEBA - É a propriedade uma individual de área igual ou superior a 10.000m² (dez mil metros quadrados).
- LXIII. GRUPAMENTO DE EDIFICAÇÕES - É conjunto de duas ou mais edificações em um lote.
- LXIV. HABITAÇÃO - É a parte ou o todo de um edifício que se destina a residências.
- LXV. HABITAÇÃO COLETIVA - É aquela destinada ao uso residencial de um grupo de pessoas, normalmente não unidas por laços familiares. HABITE-SE - Denominação comum da autorização especial, daquela autoridade competente, para utilização de uma edificação.
- LXVI. HOTEL - É a edificação de uso residencial multifamiliar transitório, servindo as pessoas ou famílias diversas, cujo acesso é controlado por serviço de portaria, dispondo de peças de utilização comum adequadas, podendo ou não servir refeições.
- LXVII. INVESTIDURA - É a incorporação a uma propriedade particular de uma área de terreno do patrimônio estadual, adjacente à mesma propriedade que não possa ter utilização autônoma, com a finalidade de permitir a execução de um projeto de alinhamento ou de modificação de alinhamento aprovado pelo órgão competente. I
- LXVIII. INDUSTRIA INCÔMODA - É aquela que cujo funcionamento podem resultar ruído, trepidação, emissão de poeiras, fumos ou nuvens de poeira, exalação de mau cheiro, poluição de cursos d'água, podendo constituir incômodo à vizinhança.
- LXIX. INDÚSTRIA POLUENTE - É aquela que cujo funcionamento pode resultar prejuízo à saúde da vizinhança, causando poluição.
- LXX. INDÚSTRIA PERIGOSA - É aquela que cujo funcionamento pode resultar perigo de vida.
- LXXI. JIRAU - É o piso elevado no interior de um compartimento, com altura reduzida, sem fechamento ou divisão, cobrindo apenas parcialmente a área do mesmo e satisfazendo as alturas mínimas exigidas pela legislação.
- LXXII. LANCHONETE - Estabelecimento comercial onde se servem refeições ligeiras e bebidas, exceto as alcoólicas, em balcões ou em mesas.
- LXXIII. LETREIROS - Composição de letras ou palavras para

- identificação de uso ou atividade em lote ou edificação.
- LXXIV. LEVANTAMENTO DO TERRENO - Determinação das dimensões e todas as outras características de um terreno em estudo, tais como sua posição, orientação e relação com os terrenos vizinhos e logradouros.
- LXXV. LICENÇA DE CONSTRUÇÃO - É a autorização dada pela autoridade competente para execução de obras.
- LXXVI. LINHA DE FACHADA - É aquela que apresenta a projeção horizontal do plano da fachada de uma edificação voltada para o logradouro.
- LXXVII. LOGRADOURO PÚBLICO - É toda a parte da superfície do município destinada ao trânsito público, oficialmente reconhecida; é designada por uma denominação.
- LXXVIII. LOJA - Edificação ou parte desta destinada ao exercício de uma atividade comercial, industrial ou armazenagem, geralmente abrindo para o exterior (lote ou logradouro) ou para uma galeria comercial.
- LXXIX. LOTE - Parcela autônoma de um loteamento ou desmembramento, cujo estado é adjacente ao logradouro público reconhecido, descrito e assinalado por título de propriedade.
- LXXX. LOTEAMENTO - É o aspecto particular de parcelamento da terra, que se caracteriza pela divisão de uma área ou terreno em duas ou mais porções autônomas, envolvendo obrigatoriamente abertura de logradouros públicos, sobre os quais são testadas as devidas porções, que passam, assim, a ser denominadas lotes.
- LXXXI. MODIFICAÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO - É o conjunto de obras que, substituindo parcial ou totalmente os elementos construtivos essenciais de uma edificação, tais como pisos, paredes, coberturas, esquadrias, escadas, elevadores e outros, modifica a forma, a área ou a altura de compartimentação.
- LXXXII. MOTEL - É a edificação de uso transitório, onde o abrigo de veículos além de corresponder ao número de compartimentos para hóspedes, é contíguo a cada um deles. "NON AEDIFICANDI" - Proibição de construir ou modificar em determinadas áreas estabelecidas por Leis, Decretos ou Regulamentos.
- LXXXIII. OFICINAS - É a edificação destinada a conserto ou reparação de máquinas ou equipamentos.
- LXXXIV. PARCELAMENTOS DE TERRA - Divisão de uma área de terreno em porções autônomas, sob a forma de desmembramento ou loteamento.
- LXXXV. PASSEIO - Faixa em geral sobrelevada, pavimentada ou não, ladeando logradouros ou circulando edificações, destinada exclusivamente ao trânsito de pedestres.
- LXXXVI. PATIO - Área confinada e descoberta, adjacente à edificação ou circunscrita pela mesma.
- LXXXVII. PAVIMENTO - É o conjunto de áreas cobertas ou descobertas de uma edificação, situada entre o plano de um piso e do teto imediatamente superior.
- LXXXVIII. PÉ-DIREITO - É distância vertical entre piso e o teto de um compartimento.
- LXXXIX. PISO - É a designação genérica dos planos horizontais de uma edificação, onde se desenvolvem as diferentes atividades humanas.
- XC. PISTA DE ROLAMENTO - (ver caixa de rua).
- XCI. POÇOS DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO - São espaços descobertos e fechados nas laterais, existentes no interior das edificações e destinadas a iluminação e ventilação dos ambientes contíguos.
- XCII. POÇOS DE EXAUSTÃO - São espaços descobertos e fechados nas laterais, existentes no interior das edificações e destinados exclusivamente à exaustão de banheiros. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Atividades comerciais que se ocupam da prestação de serviços cotidianos através de ofícios como: sapateiro, barbeiro, tintureiro, vidraceiro, borracheiro e outros correlatos.
- XCIII. PROJETO DE INTERESSE SOCIAL - Programa habitacional para população de baixa renda.
- XCIV. QUADRA - É a área poligonal compreendida entre três ou mais logradouros adjacentes.
- XCIV. RECUO - É a incorporação ao logradouro público de uma área de terreno pertencente a propriedade particular e adjacente ao mesmo logradouro a fim de possibilitar a realização de um projeto de alinhamento ou modificação de alinhamento aprovado pelo órgão competente.
- XCVI. RECONSTRUIR - É fazer de novo no mesmo lugar, a primitiva forma de qualquer parte ou elemento de uma construção.
- XCVII. REFORMA DE UMA EDIFICAÇÃO - É o conjunto de obras que substitui parcialmente os elementos construtivos essenciais de uma edificação (tais sejam: pisos, coberturas, esquadrias, escada, elevadores, etc.), sem modificar, entretanto, a forma, a área ou altura da compartimentação.
- XCVIII. RÊS DO CHÃO - Pavimento térreo ou primeiro pavimento, é parte do edifício que tem o piso do terreno circundante ou a pouca altura deste.
- XCIX. REMEMBRAMENTO - É o agrupamento de lotes contíguos para constituição de unidades maiores.
- C. REPARO DE UMA EDIFICAÇÃO - O mesmo que conserto de uma edificação.
- CI. RESTAURANTE - Estabelecimento comercial onde se servem refeições completas, em mesas ou balcões com assentos, servindo ou não bebidas alcoólicas.
- CII. SALA COMERCIAL - Unidade de uma edificação comercial destinada a negócios ou profissões liberais que exigem contato com o público, e geralmente abrindo para circulações internas desta edificação.
- CIII. SEDES ADMINISTRATIVAS - Edificações públicas ou privadas destinadas a escritórios que não exijam contato direto com o público.
- CIV. SERVIÇOS PESSOAIS - Aspecto peculiar de prestação de serviços que prescindem de lojas para sua realização e podem ser prestados a domicílio. Ex.: manicure, massagista, despachante. SUBSOLO - É o espaço, com ou sem divisões, situado abaixo do primeiro pavimento de um edifício e que tenha, pelo menos, metade de seu pé-direito abaixo do nível do terreno circundante.
- CV. TERRENO - É a propriedade particular, edificada ou não.
- CVI. TESTADA DO LOTE - É a linha que separa o logradouro público do lote e coincide com o alinhamento existente ou projetado pelo órgão competente.
- CVII. UNIDADE AUTÔNOMA - É a parte da edificação vinculada a uma fração ideal de terreno, sujeita às limitações de Lei, constituída de dependências e instalações de uso privado, destinada a fins residenciais ou não, assinalada por designação especial numérica ou alfabética para efeito de identificação e discriminação.
- CVIII. UNIDADE RESIDENCIAL - É aquela constituída de no mínimo, um compartimento habitável, um banheiro, uma cozinha e uma área de serviço.
- CIX. USOS PERMITIDOS - São os usos normalmente dentro de uma zona e que não exigem aprovação especial por parte do órgão competente.
- CX. USOS INCENTIVADOS - São os que melhor se adequam dentro de uma zona e recebem incentivos em índices de uso do solo.
- CXI. USOS DESESTIMULADOS - São usos que não se adequam totalmente dentro de uma zona e recebem desestímulos em índices de uso do solo.
- CXII. VIA PRIMÁRIA - Também denominada como via arterial ou preferencial, é aquela destinada a circulação de veículos entre áreas distantes, com acesso à áreas lindeiras, devidamente controladas.
- CXIII. VIA SECUNDÁRIA - É aquela que possibilita a circulação

de veículos entre as vias primárias e o acesso às vias coletoras.

- CXIV. VIA LOCAL - É aquela destinada ao acesso direto aos lotes lindeiros e à movimentação do trânsito local.
- CXV. VÃO PRINCIPAL - É aquele definido para acesso, iluminação e/ou ventilação de ambientes de permanência prolongada, tais como: dormitórios, lojas e áreas de serviço.
- CXVI. VÃO SECUNDÁRIO - É aquele definido para acesso, iluminação e/ou ventilação de ambientes de permanência transitória, tais como "halls", cozinhas e banheiros.
- CXVII. ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA - É a área compreendida pelas áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico Federal e Estadual.
- CXVIII. ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - É a área que pelos seus elementos naturais merece tratamento especial com a finalidade de preservar, recuperar ou revitalizar o meio ambiente.
- CXIX. ZONA DE RESERVA FLORESTAL - É a área considerada de preservação permanente, por ser indispensável à proteção de equilíbrio ecológico da região.

CAPÍTULO V - Das infrações e sanções Art. 47º - Sem prejuízo das sanções civis e penais estabelecidas na Lei Federal nº. 6766/79, a realização de parcelamento sem aprovação da Prefeitura Municipal de Pastos Bons, enseja a notificação do seu proprietário ou de qualquer de seus responsáveis para paralisar imediatamente as obras, ficando ainda obrigado a apresentar todos os documentos necessários para abertura do processo de regularização do empreendimento nos 5 (cinco) dias úteis seguintes. § 1º Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações previstas no caput, o notificado fica sujeito, sucessivamente, a: I - Pagamento de multa, no valor equivalente a R\$ 250,00 (duzentas e cinquenta reais), por metro quadrado do parcelamento irregular; II - Embargo da obra, caso a mesma continue após a aplicação da multa, com apreensão das máquinas, equipamentos e veículos em uso no local das obras;

III - Multa diária no valor equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais, em caso de descumprimento do embargo. § 2º Caso o parcelamento esteja concluído e não seja cumprida a obrigação prevista no caput, o notificado fica sujeito, sucessivamente, a: I - Pagamento de multa no valor equivalente a R\$ 250,00 (duzentas e cinquenta reais), por metro quadrado do parcelamento irregular; II - Interdição do local; III - Multa diária no valor equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais), em caso de descumprimento da interdição. Art. 48º A falta de registro do parcelamento do solo enseja a notificação do proprietário a apresentar todos os documentos necessários para regularização junto ao cartório competente nos 5 (cinco) dias úteis seguintes. Parágrafo Único. Em caso de descumprimento da obrigação prevista no caput, o notificado fica sujeito, sucessivamente, a: I - Pagamento de multa, no valor equivalente a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por metro quadrado do parcelamento irregular; II - Embargo da obra ou interdição do local, conforme o caso, e aplicação simultânea de multa diária equivalente a R\$ 200,00 (duzentos reais). Art. 49º A não conclusão das obras estabelecidas no cronograma sujeita o proprietário do parcelamento ao pagamento de multa no valor equivalente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, ou fração, de atraso. Art. 50º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 51º Revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Pastos Bons, Estado do Maranhão, em 30 de Maio de 2022. ENOQUE FERREIRA MOTA NETO, Prefeito Municipal ANEXO I

DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA OS PARCELAMENTOS

LOCAL	ÁREA MÍNIMA DO LOTE (M²)	ÁREA MÁXIMA DO LOTE (M²)	FRENTE MÍNIMA (M)	PERCENTUAL DE ÁREAS PÚBLICAS (%)
-------	--------------------------	--------------------------	-------------------	----------------------------------

Áreas urbanas de dinamização	360,00	7.200,00	12,00	35
Áreas urbanas de consolidação	360,00	7.200,00	12,00	35
Área de interesse ambiental e turística de Pastos Bons	20.000,00	Definido por projeto específico	100,00	Definido por projeto específico
Área de interesse turística e de lazer na cidade de Pastos Bons	1.000,00	Definido por projeto específico	20,00	Definido por projeto específico
Áreas urbanas inseridas no distrito de Roçado	360,00	7.200,00	12,00	35
Área industrial	360,00	23.040,00	12,00	35

**ANEXO II
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO SISTEMA VIÁRIO DOS LOTEAMENTOS**

CARACTERÍSTICAS	VIA ARTERIAL	VIA COLETORA	VIA LOCAL
Faixa de domínio	32,00m	18,00m	15,00m
Largura da faixa de rolamento	3,50 m cada	3,50 cada m	3,50m
Largura do acostamento ou estacionamento em paralelo	2,50m em cada mão de tráfego	2,50m em cada mão de tráfego	2,00 em um dos lados da via
Leito carroçável, incluído acostamento	19,00m (9,5m em cada mão de tráfego)	12,00m (6,00m em cada mão de tráfego)	9,00m
Canteiro central	Aconselhável Mínimo = 6,00m	sem canteiro central	sem canteiro central
Passeios	4,00m de cada lado da via	3,00m de cada lado da via	2,50m

Observação: A via de trânsito rápido é regida por legislação específica

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: bd93d0aa292982ca8fa21b515ded0906

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DO ROSÁRIO

AVISO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 14/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº. 14/2022-CPL - OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Serviços de recuperação de estradas vicinais no município de Pedro do Rosário - MA. **ABERTURA:** 16 de junho de 2022, às 08:00h. **ENDEREÇO:** Av. Pedro Cunha Mendes, 2361- centro - Pedro do Rosário, no Prédio da Prefeitura Municipal, Sala de Reuniões da CPL. **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço. **OBTENÇÃO E CONSULTA DE EDITAL:** O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação-CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário-MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 às 12:00h. O Edital poderá ser consultado gratuitamente no portal da transparência, ou adquirido mediante a entrega de 02 remas de papel, no endereço



Município de Pastos Bons - MA
DIÁRIO OFICIAL
 Diário Municipal



PASTOS BONS - MA, DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL Nº 0367, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2022 [PÁG. 1 / 8]

SUMÁRIO
LEI:

Páginas.....1/8

LEI

LEI MUNICIPAL Nº 444/2022, DE 30 DE MAIO DE 2022, DISPÕE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS (MA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS, Estado do Maranhão, Enoque Ferreira Mota Neto, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município; FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI: CAPÍTULO I - NORMAS GERAIS - Art. 1º A presente Lei dispõe sobre o Parcelamento do Solo no Município de Pastos Bons, Estado do Maranhão, efetuado por particulares ou pelo Poder Público para qualquer fim, e será regido pela presente Lei, obedecidas às normas federal e estadual relativas à matéria. § 1º O parcelamento do solo para fins urbanos, somente será permitido nas áreas urbanas definidas na Lei do Perímetro Urbano, observado o disposto na Lei de Uso e Ocupação do Solo. § 2º Nas Áreas Rurais somente será permitido o parcelamento do solo para fins rurais e a implantação das atividades dispostas no Decreto Federal nº 62.504, de 08 de abril de 1968, que regulamenta a Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Art. 2º Esta Lei tem por objetivo:

- I. Definir as normas e as diretrizes para o parcelamento do solo urbano e rural no Município de Pastos Bons (MA), determinando os requisitos e as restrições urbanísticas a serem respeitadas;
 - II. Assegurar a observância de padrões de urbanização essenciais, de interesse da comunidade, no processo de parcelamento do solo;
 - III. Dispor sobre os procedimentos para a aprovação, o licenciamento e o registro dos parcelamentos do solo;
 - IV. Possibilitar o estabelecimento de padrões diferenciados de parcelamentos para atendimento às diversas atividades e à população de diversas faixas de renda.
- Art. 3º A execução de qualquer forma de parcelamento do solo no Município de Pastos Bons (MA) dependerá de prévia licença da Prefeitura Municipal, obedecidas às diretrizes desta Lei. Parágrafo único. As disposições da presente Lei aplicam-se também aos parcelamentos efetuados, em virtude de divisão amigável ou judicial, para a extinção da comunhão ou para qualquer outro fim. Art. 4º Dependerá de exame e prévia anuência do Estado do Maranhão o parcelamento do solo para fins urbanos nas seguintes condições:
- I. Localizado em áreas limítrofes dos Municípios ou quando parte do parcelamento pertencer a outro Município;
 - II. Com área superior a 1.000.000,000 m² (um milhão de metros quadrados);
 - III. Localizado na Área de Interesse Ambiental e Turística de Pastos Bons; Art. 5º O parcelamento do solo para fins urbano será feito mediante loteamento, desmembramento, reparcelamento e remembramento. § 1º Considera-se loteamento a subdivisão da gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. § 2º Considera-se desmembramento a subdivisão da gleba em lotes destinados a edificações, com aproveitamento de sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes. § 3º Considera-se reparcelamento a alteração de um parcelamento anteriormente aprovado e registrado em Cartório, que

implique alteração dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres de uso público ou das áreas destinadas à instalação de equipamentos urbanos e comunitários. § 4º Considera-se remembramento o reagrupamento de lotes contíguos para a constituição de um único lote maior, importando na modificação das confrontações e limites dos lotes originais. Art. 6º Quanto ao uso a que se destina o parcelamento, pode ser classificado como:

- I. Parcelamento para uso residencial – aquele destinado à implantação de atividades predominantemente residenciais, exercidas em função da habitação ou de atividades de comércio e serviços complementares ou compatíveis com a mesma;
- II. Parcelamento para uso industrial – aquele destinado à implantação de atividades predominantemente industriais e de atividades complementares ou compatíveis com a mesma;
- III. Parcelamento de interesse social – aquele destinado à edificação de conjunto habitacional de interesse social, com padrões urbanísticos, estabelecidos para a construção de habitação de caráter social, aprovados pelo Poder Público, para atender às classes de população de menor renda;
- IV. Parcelamento para urbanização específica – aquele destinado à implantação de atividades estratégicas, para desenvolvimento do município ou área urbana, como por exemplo o turismo, onde é prevista a implantação de atividade predominante e de atividades complementares ou de apoio, compatíveis com a mesma. Art. 7º Não será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos: I - Em terrenos alagadiços ou sujeitos à inundação e antes de tomadas às providências para assegurar a proteção e o escoamento das águas; II - Em áreas de recargas de aquíferos; III - Em terrenos de mangues e restingas, antes de parecer técnico favorável do órgão estadual de proteção e conservação do meio ambiente; IV - Em terrenos que tenham sido aterrados com lixo ou material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; V - Em terrenos com declividade igual ou superior a 20 % (trinta por cento); VI - Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; VII - Em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até sua correção; VIII - Em áreas de preservação ecológica, definidas em legislação federal, estadual ou municipal; IX - Em terrenos que não tenham acesso direto à via ou logradouros públicos; X - Em sítios arqueológicos definidos em legislação federal, estadual ou municipal; XI - Nas pontas e portais do litoral, estuários dos rios numa faixa de 100,00 m (cem metros). Art. 8º Esta Lei complementa as diretrizes e exigências de caráter urbanístico do Município de Pastos Bons. Art. 9º Integram esta Lei Complementar os Anexos I e II, com a seguinte denominação: I - Anexo I – Diretrizes urbanísticas para os parcelamentos do solo para fins urbanos; II - Anexo II – Características físicas do sistema viário dos loteamentos.

CAPÍTULO II - as Definições Art. 10º Para efeito desta Lei, são adotadas as seguintes definições: I - Alinhamento – linha divisória entre as divisas do terreno e a via ou logradouro público; II - Área Institucional – área destinada à implantação de atividades de lazer, sociais, culturais, de culto, educação, administração, transporte e circulação e abastecimento; III - Área Pública – área destinada a sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a espaços livres de uso público; IV - Área Verde – área livre com vegetação nativa ou plantada; V - Arruamento – implantação de logradouros públicos ou vias destinadas à circulação, com a finalidade de proporcionar acesso a terrenos ou lotes urbanos; VI - Coeficiente de aproveitamento – relação entre a área total edificada e a área do lote, que corresponde a um índice que, multiplicado pela área do lote, resulta na área máxima de construção permitida para o mesmo; VII - Declividade – relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas

ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

Av. Domingos Sertão, 1000, São José
 CEP: 65.870-000 – Pastos Bons – MA
 Site: www.pastosbons.ma.gov.br

Enoque Ferreira Mota Neto

Prefeito

Gabinete do Prefeito

Francisco Nunes da Silva Neto

Instituído pela Lei Municipal 421/2021 de 22 de Março de 2021

FRANCISCO NUNES
 DA SILVA
 NETO:01194722369

Assinado de forma digital por FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO:01194722369
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC CERTIFICA MINAS v5, ou=27842417000158, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO:01194722369
 Dados: 2022.05.30 18:24:05 -03'00'



Município de Pastos Bons - MA
DIÁRIO OFICIAL
 Diário Municipal



PASTOS BONS - MA, DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL Nº 0367, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2022 [PÁG. 2 / 8]

de dois pontos e a sua distância horizontal; VIII - Densidade - relação entre o número de habitantes e uma determinada área, incluindo vias e áreas verdes; IX - Desafetação de área - procedimento mediante o qual, um bem de domínio público é subtraído dessa condição, para ser incorporado ao domínio privado ou do Estado; X - Divisa - linha limite de um lote; XI - Equipamento Comunitário - são os equipamentos públicos destinados à educação, cultura, saúde, segurança, lazer e similares; XII - Equipamento Público - são os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado; XIII - Espaço Livre de Uso Público - área pública de uso comum do povo, destinada em sua maior parte ou exclusivamente à recreação, lazer e outras atividades exercidas ao ar livre, como praças, parques e áreas verdes; XIV - Faixa de Domínio - área de terreno de influência direta de uma via de circulação, destinada à sua operação e ampliação; XV - Faixa de Rolamento - cada uma das faixas que compõe a área destinada ao tráfego de veículos nas vias de circulação; XVI - Faixa de Servidão - espaço relativo às redes de infraestrutura e serviços públicos, implantados ou projetados, e correspondentes áreas não edificantes; XVII - Faixa não Edificante - área do terreno onde não é permitida qualquer construção ou edificação; XVIII - Faixa Sanitária - área não edificante para efeito de drenagem, captação de águas pluviais e rede de esgotos; XIX - Gleba - área de terra que ainda não foi objeto de parcelamento do solo; XX - Infraestrutura Básica - os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas, ou não; XXI - Leito Carroçável - pista destinada ao tráfego de veículos nas vias de circulação, composta de uma ou mais faixas de rolamento; XXII - Logradouro Público - área pública destinada à circulação de veículos e pedestres, recreação e lazer; XXIII - Lote - terreno resultante de projeto de parcelamento do solo urbano, servido de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos em lei específica, resultante do parcelamento de uma gleba para fins de urbanização; XXIV - Quadra - conjunto de lotes circundado por vias de circulação, resultante de processo regular de parcelamento do solo para fins urbanos; XXV - Termo de Verificação - ato pelo qual a Prefeitura, após a devida vistoria, certifica a execução correta das obras exigidas pela legislação competente; XXVI - Testada do lote ou divisa frontal do lote - divisa de menor dimensão lideira à via de circulação; XXVII - Via de ligação regional ou municipal - a rodovia, ou trecho, com função de proceder a ligação com Município vizinho ou entre Distritos do Município; XXVIII - Via de trânsito rápido - a via que liga dois pontos de uma área conturbada, caracterizada pelo tráfego livre e o desenvolvimento de velocidade; XXIX - Via arterial - a via de ligação entre bairros, caracterizada pela função de passagem, pelo tráfego fluente de veículos e pelo acesso indireto às atividades lideiras; XXX - Via coletora - a via que distribui o tráfego entre as vias locais e as arteriais e se caracteriza pela função de acessibilidade às atividades lideiras e onde não é facilitado o desenvolvimento de velocidade; XXXI - Via local - a via de tráfego lento e baixa velocidade que dá acesso direto às unidades imobiliárias; XXXII - Via de pedestre - a via destinada à circulação de pedestres; XXXIII - Vistoria - diligência efetuada pela Prefeitura, tendo como objetivo verificar as condições de uma construção ou obra. XXXIV - Cul de Sac - Extremidade de uma via pública que permite a manobra de veículos. CAPÍTULO III - Dos Requisitos Urbanísticos - Art. 11º Os parcelamentos do solo para fins urbanos devem atender às seguintes condições: I - Os lotes terão área mínima, área máxima e frente mínima, conforme estabelecido no Anexo I, desta Lei; II - A relação entre a profundidade e a testada do lote não será superior a 5 (cinco), salvo maiores exigências estabelecidas na presente Lei; III - As quadras não poderão apresentar extensão superior a 100 m (cem metros); IV - Os lotes deverão confrontar-se com via pública, vedada a frente exclusiva para vias de pedestres, à exceção dos parcelamentos de interesse social; V - Os lotes situados em esquina deverão ter na concordância de suas testadas um chanfrão ou curva de concordância com um raio mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros); VI - Os lotes situados nas esquinas deverão ter área 12 % superior aos demais lotes das respectivas quadras onde estiverem inseridos. VII - Nos parcelamentos realizados ao longo de águas correntes ou correntes e obrigatória a

manutenção de uma faixa de uso público com largura mínima de 15,00m (quinze metros) além das faixas de preservação permanente, nas quais, se for de interesse público, possam ser implantados mobiliário urbano que possibilite o lazer público e a prática de exercícios físicos, trilhas e ciclovias; VIII - Ao longo das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, é obrigatória a reserva de uma faixa não edificante, com largura mínima de 15,00 m (quinze metros) de cada lado; IX - As vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, em conformidade com o respectivo Relatório Técnico, e harmonizar-se com a topografia local; X - Na implantação dos projetos de parcelamento deverão ser preservadas as florestas e demais formas de vegetação natural dos estuários de rios e áreas lacustres, bem como a fauna existente. SEÇÃO I - Do Loteamento. Art. 12º Nos loteamentos localizados nas áreas urbanas de dinamização, consolidação, de expansão, estratégicas, deverá se observar os seguintes requisitos: I - O percentual de áreas públicas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como os espaços livres de uso público, não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo maiores exigências estabelecidas nesta Lei, observando o que se segue: a) mínimo de 5% (cinco por cento) da gleba para espaços livres de uso público; b) mínimo de 15% (quinze por cento) da gleba para equipamentos comunitários. II - Implantação no mínimo da seguinte infraestrutura urbana: a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas; b) Sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas; c) Pavimentação em todas as vias do parcelamento; d) Sistema de abastecimento de água potável; e) Sistema de rede de energia elétrica. § 1º A localização dos espaços livres de uso público e das áreas destinadas aos equipamentos comunitários será definida de acordo com os interesses do Município, reservando-se à Prefeitura o direito de recusar as áreas estabelecidas no projeto de parcelamento podendo, neste caso, designar outras de seu interesse. § 2º Não serão aceitas no cálculo do percentual de que trata este artigo as áreas de preservação permanente, as faixas de servidão de redes e dutos e as faixas de domínio de rodovias e ferrovias, em conformidade com a legislação pertinente. § 3º Será definido por decreto os parcelamentos localizados na Área de Interesse Ambiental e Turística de Pastos Bons, observada o seguinte: I - Espaços livres visando a implantação de áreas verdes e cujas preservem a vegetação existente; II - Espaço para equipamentos comunitários ou atividades que permitam acesso público. § 4º Nos parcelamentos localizados na Área de Interesse Turístico e de Lazer, na cidade de Pastos Bons, o percentual de ocupação não poderá ser superior a 35 % (trinta e cinco por cento) da gleba, observada a seguinte proporção: I - 10 % (dez por cento) para espaços livres que preservem a vegetação existente; II - 5% (cinco por cento) para equipamentos comunitários ou atividades que permitam acesso público. § 5º Nas áreas urbanas, o percentual de áreas públicas não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, observada a seguinte proporção: I - 10% (dez por cento) para espaços livres de uso público, visando à implantação de áreas verdes e ou manter a vegetação existente; II - 5% (cinco por cento) para equipamentos comunitários. § 6º Nas Áreas Industriais, quando os lotes tiverem dimensão superior a 15.000m² (quinze mil metros quadrados), o percentual de áreas públicas poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, mantida a proporção mínima estabelecida no caput deste artigo. § 7º Nas áreas urbanas o percentual de áreas públicas não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba observada a seguinte proporção: I - 10% (dez por cento) para espaços livres de uso público, visando à implantação de áreas verdes e ou manter a vegetação existente; II - 5% (cinco por cento) para equipamentos comunitários. Art. 13º Os loteamentos inseridos na Área de Interesse Ambiental e Turístico do Município de Pastos Bons, fora do perímetro urbano, deverão observar os seguintes requisitos: I - Lote mínimo de 2 (dois) hectares onde deverão ser incentivados os usos relacionados ao turismo e permitidos apenas uso residencial, comércio e serviço de apoio à atividade principal e, tolerado o uso institucional local; II - Garantido o acesso às margens das lagoas em toda a sua extensão, para residentes e não residentes da área; III - reserva de faixa de preservação permanente, de no mínimo: a) 150,00 m (cento e cinquenta

ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

Av. Domingos Sertão, 1000, São José
 CEP: 65.870-000 - Pastos Bons - MA
 Site: www.pastosbons.ma.gov.br

Enoque Ferreira Mota Neto

Prefeito

Gabinete do Prefeito

Francisco Nunes da Silva Neto

Instituído pela Lei Municipal 421/2021 de 22 de Março de 2021

FRANCISCO NUNES DA SILVA
 NETO:01194722369

Assinado de forma digital por FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO 01194722369
 DN: c=BR, o=CP Brasil, ou=AC CERTIFICA MINAS v1, ou=278-2417000156, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO 01194722369
 Dados: 2022.05.30 18:24:20 -03'00'



Município de Pastos Bons - MA
DIÁRIO OFICIAL
Diário Municipal



PASTOS BONS - MA, DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL Nº 0367, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2022 [PÁG. 3 / 8]

metros) no entorno lagoas e nascentes; b) 100,00 m (cem metros) no entorno dos mananciais utilizados para captação de água potável; c) 30,00 m (trinta metros) ao longo dos rios ou outro curso d'água qualquer, contribuintes dos mananciais observadas ainda as exigências da legislação ambiental; IV - Densidade de ocupação de um habitante para cada quatrocentos metros quadrados ou 25 (vinte e cinco) habitantes por hectare; V - Tratamento do terreno natural dos lotes em curvas de nível e implantação de caixas de coleta de águas de chuva, para aproveitamento como recarga artificial de aquíferos, de maneira a evitar o lançamento de águas pluviais nas áreas públicas; VI - Implantação no mínimo da seguinte infraestrutura urbana: a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas; b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas; c) pavimentação em todas as vias do parcelamento; d) sistema de abastecimento de água potável; e) sistema de rede de energia elétrica. § 1º Não será permitida a deposição de esgotos sanitários, lixo e resíduos nas praias, manguezais, na orla dos cursos d'água e canais. § 2º Na Implantação dos projetos de loteamento será obrigatória a manutenção da vegetação existente e a observância à topografia local, não se permitindo movimento de terra, cortes e aterros, que possam alterar predatoriamente as formas dos acidentes naturais da região. Art. 14º Os loteamentos inseridos na Área de Interesse Turístico e de Lazer da cidade deverão observar os seguintes requisitos: I - Lote mínimo de 1.000,00 m; (mil metros quadrados) onde deverão ser incentivados os usos relacionados ao turismo e ao lazer e tolerados os demais usos identificados em projeto específico; II - Garantia o acesso às margens de lagoas, conforme diretrizes definidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Pastos Bons; III - Reserva de faixa de preservação permanente, de no mínimo: a) 150,00 m (cento e cinquenta metros); b) 100,00 m (cem metros) no entorno dos mananciais utilizados para captação de água potável; c) 30,00 m (trinta metros) ao longo dos rios ou outro curso d'água qualquer, contribuintes dos mananciais observadas ainda as exigências da legislação ambiental; IV - Implantação no mínimo da seguinte infraestrutura urbana: a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas; b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas; c) pavimentação em todas as vias do parcelamento; d) sistema de abastecimento de água potável; e) sistema de rede de energia elétrica. Art. 15º Nas áreas urbanas os loteamentos deverão observar aos seguintes requisitos: I - Implantação, no mínimo, dos seguintes equipamentos urbanos: a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas; b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas; c) pavimentação com piso filtrante em todas as vias do parcelamento; d) sistema de abastecimento de água potável; e) sistema de rede de energia elétrica. II - Vedada a ocupação e a abertura de vias antes de 300,00 m (trezentos metros), correspondentes à sobreposição da faixa de domínio da União e da área de proteção de restinga, contados perpendicularmente a partir da linha de preamar máxima, de acordo com as Resoluções CONAMA; III - o sistema de circulação deve assegurar o domínio predominante do pedestre junto à orla, observando provimento de área para estacionamento de veículos e impedimento de vias de tráfego de passagem nesses locais. Art. 16º Nas áreas urbanas os loteamentos deverão observar os seguintes requisitos: I - Implantação, no mínimo, dos seguintes equipamentos urbanos: a) rede de escoamento de águas pluviais com redutores de carga dinâmica e grade de recolhimento de detritos e lançamento fora das bacias das lagoas; b) sistema de coleta, tratamento e deposição de esgoto sanitário fora de bacia das lagoas; c) pavimentação em todas as vias do parcelamento; d) sistema de abastecimento de água potável; e) sistema de rede de energia elétrica. Art. 17º Quando o loteamento estiver localizado em área limítrofe do Município ou que pertença a mais de um Município, observar-se-á: I - As ruas ou estradas existentes ou projetadas que compõem o sistema viário do Município onde se pretende implantar o loteamento deverão articular-se com as do Município vizinho, mantendo as mesmas características; II - Quando a divisa intermunicipal não for um curso d'água e obrigatória a execução de uma via de

circulação na divisa, acompanhando o traçado da mesma. Art. 18º Os loteamentos destinados ao uso industrial serão permitidos nas Áreas Industriais deverão: I - Disponer, em seu interior, de áreas de proteção ambiental que minimizem os efeitos da poluição, em relação a outros usos; II - Prever locais adequados para o tratamento dos resíduos líquidos provenientes de atividade industrial, antes de serem despejados em águas marítimas ou interiores, superficiais e subterrâneas; III - Manter, em seu entorno, enclaves verdes de isolamento capazes de proteger as áreas circunvizinhas. Parágrafo único. Nos loteamentos de que trata este artigo deverão ser implantados, no mínimo, os seguintes equipamentos: I - Rede de equipamentos para distribuição de água; II - Sistema de coleta, tratamento e deposição de esgotos industriais e sanitários, nos termos da legislação vigente; III - Rede de escoamento de águas pluviais; IV - Rede de energia elétrica; V - Pavimentação adequada das vias e assentamento de meios fios. SEÇÃO II Do Sistema Viário dos Loteamentos Art. 19º As vias públicas dos loteamentos são classificadas como: I - De ligação regional; II - De trânsito rápido; III - Arterial; IV - Coletora; V - Local. Parágrafo único. As características físicas das vias de que trata este artigo, encontram-se definidas no Anexo II desta Lei. Art. 20º As vias previstas nos projetos de loteamento deverão articular-se com o sistema viário oficial adjacente, seja existente ou projetado, dando, sempre que possível, prosseguimento à malha viária já implantada, harmonizando-se com a topografia local. Art. 21º O projeto do sistema viário de circulação deverá ser elaborado de modo a evitar o trânsito de passagem para veículos por meio de vias locais, que se destinarão preferencialmente ao acesso aos lotes lindeiros. Art. 22º As vias locais que terminam em "cul de sac" deverão ter comprimento máximo de 200,00m (duzentos metros), considerados entre a via transversal que lhe dá acesso e o "cul de sac", que deverá observar raio mínimo de 10,00m (dez metros). Parágrafo único. As vias locais da Área de Interesse Ambiental e Paisagístico de Pastos Bons e da Área de Interesse Turístico e de Lazer poderão ter características especiais, definidas em Projeto Específico e submetido à aprovação dos órgãos competentes. SEÇÃO III Do Desmembramento Art. 23º Nos projetos de desmembramento a reserva de áreas públicas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários e aos espaços livres de uso público, não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento) da gleba. Art. 24º Não será permitido o desmembramento na Área de Interesse Ambiental e Turística de Pastos Bons em lotes inferiores a 2 (dois) hectares. Art. 25º Aplicam-se ao desmembramento, no que couber, as demais disposições urbanísticas exigidas para o loteamento. SEÇÃO IV Do Reparcelamento Art. 26º Nos projetos relativos a reparcelamento e obrigatória a manutenção do percentual de áreas públicas transferido ao Município no parcelamento original, respeitado o percentual mínimo exigido nesta Lei. Parágrafo único. A desafetação das áreas de domínio público, relativas ao reparcelamento, depende de prévia audiência pública e autorização legislativa. Art. 27º Para o fim de regularizar a configuração dos lotes, a Prefeitura Municipal poderá promover, quando necessário, o reparcelamento de áreas urbanas. Art. 28º Aplicam-se ao reparcelamento, no que couber, as demais disposições urbanísticas exigidas para o loteamento. SEÇÃO V - Do Remembramento Art. 2º O remembramento poderá ocorrer: I - Por meio da aprovação pelo Prefeito Municipal, nos casos de lotes não edificados II - Por meio da aprovação de projeto de edificação e emissão da Carta de Habite-se. § 1º Nos casos previstos no inciso II a Carta de Habite-se será o documento comprobatório da autorização para o remembramento, devendo possuir observação específica sobre o fato, bem como o novo endereçamento, as medidas e a área resultante. § 2º Quando ocorrer projeto de edificação que utilize dois ou mais lotes de proprietários distintos, deverá ser apresentado documento com a anuência dos proprietários dos lotes. § 3º O remembramento de lotes, quando um deles estiver edificado, fica condicionado à apresentação de plano de ocupação ou projeto de edificação, sendo também formalizado quando da expedição da Carta de Habite-se. § 4º Em qualquer dos casos previstos neste artigo deverá ser providenciada a averbação do imóvel único junto ao Cartório de Registro de Imóveis. § 5º A área da unidade resultante deverá estar de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e na legislação de Uso e Ocupação do Solo. Art. 30º Aplicam-se ao remembramento, no que couber, as demais

ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

Av. Domingos Sertão, 1000, São José
CEP: 65.870-000 – Pastos Bons – MA

Site: www.pastosbons.ma.gov.br

Enoque Ferreira Mota Neto

Prefeito

Gabinete do Prefeito

Francisco Nunes da Silva Neto

Instituído pela Lei Municipal 421/2021 de 22 de Março de 2021

FRANCISCO NUNES
DA SILVA
NETO:01194722369

Assinado de forma digital por FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO:01194722369
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC CERTIFICA MINAS
v5, ou=27842417000158, ou=Presencial,
ou=Certificado PF A1, cn=FRANCISCO NUNES
DA SILVA NETO:01194722369
Dados: 2022.05.30 18:24:36 -03'00'



Município de Pastos Bons - MA
DIÁRIO OFICIAL
Diário Municipal



PASTOS BONOS - MA, DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL Nº 0367, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2022 [PÁG. 4 / 8]

disposições urbanísticas exigidas para o loteamento. CAPÍTULO IV Do Parcelamento do Solo Para Fins Rurais Art. 31º A Área Rural de Uso Intensivo e a Área Rural de Uso Controlado somente poderá ser parcelada para fins de exploração turística, agrícola, pecuária, extrativismo vegetal ou agroindustrial, exploração de petróleo, instalação de refinarias, de termoeletricas e outras atividades afins de interesse do Município, respeitadas as restrições ambientais. § 1º Na área rural de uso intensivo o parcelamento do solo deverá obedecer ao módulo mínimo estabelecido para o Município pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. § 2º Na área rural de uso controlado o parcelamento do solo deverá obedecer ao módulo mínimo de 2 (dois) hectares, considerada a alta sensibilidade ambiental das regiões em que estão situadas. § 3º Todos os parcelamentos do solo para fins rurais dependerão de prévio licenciamento ambiental. § 4º Não serão exigidos para os parcelamentos de que tratam este Capítulo os demais requisitos urbanísticos previstos nesta Lei. Art. 32º Nos termos do que estabelece o Decreto Federal nº 62.504/68, será permitida a implantação de atividades urbanas de apoio à atividade rural, que visem atender interesses de ordem pública, do tipo: I - Destinados à instalação de estabelecimentos comerciais, quais sejam: a) postos de abastecimento de combustíveis, oficinas mecânicas, garagens e similares; b) lojas, armazéns, restaurantes, hotéis e similares; c) silos, depósitos e similares. II - Destinados a fins industriais, quais sejam: a) barragens, represas ou açudes; b) oleodutos, aquedutos, estações elevatórias, estações de tratamento de água, instalações produtoras e de transmissão de energia elétrica, instalações transmissoras de rádio, de televisão e similares; c) extrações de minerais metálicos ou não e similares; d) instalação de indústrias em geral. III - Destinados à instalação de serviços comunitários na Zona Rural de Uso Controlado, quais sejam: a) Portos marítimos, fluviais ou lacustres, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias e similares; b) Colégios, asilos, educandários, patronatos, centros de educação física e similares; c) Postos de saúde, ambulatórios, sanatórios, hospitais, creches e similares; d) Igrejas, templos e capelas de qualquer culto reconhecido, cemitérios ou campos santos e similares; e) Conventos, mosteiros ou organizações similares de ordens religiosas reconhecidas; f) Áreas de recreação pública, cinemas, teatros e similares. CAPÍTULO V Dos Procedimentos para Aprovação do Projeto de Parcelamento Art. 33º Antes da elaboração do projeto de parcelamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitárias, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel contendo, pelo menos: I - As divisas da gleba a ser loteada, em planta planialtimétrica cadastral, georeferenciada de acordo com o sistema geodésico utilizado no Município, em escala adequada ao entendimento das características do terreno, contendo no mínimo: a) as curvas de nível em distância adequada à natureza do projeto; b) a localização dos cursos d'água, nascentes, bosques e construções existentes; c) a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências numa faixa de 100 metros, com as respectivas distâncias da área a ser loteada; d) o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina; e) as características, dimensões e localização das zonas de uso contíguas; f) os condicionantes físicos, ambientais e legais para uso e ocupação do solo. § 1º A Prefeitura deverá fornecer a monografia dos marcos geodésicos implantados no Município. § 2º As informações de que trata este artigo serão entregues à Prefeitura: I - Em meio digital, compatível com o sistema utilizado pela Prefeitura; II - Em meio impresso, com mínimo de duas cópias. Art. 34º A Prefeitura Municipal indicará nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal: I - As ruas ou estradas existentes ou projetadas, que compõem o sistema viário da cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas; II - O traçado básico do sistema viário principal; III - A localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público; IV - As faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não edificáveis; V - A categoria de área urbana em que se insere e os usos compatíveis. Parágrafo único. As diretrizes

expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos. Art. 35º Nos casos estabelecidos no art. 4º desta Lei, a Prefeitura Municipal encaminhará à Secretaria de Estado competente planta do imóvel na escala de 1:5.000 (um por cinco mil), com curvas de nível de 5 em 5,00 m (cinco metros), com uma cópia já contendo a indicação das diretrizes municipais, acompanhada dos seguintes documentos: I - Declaração das concessionárias de serviço público de saneamento, energia elétrica, comunicações e gás natural quanto à viabilidade de atendimento da gleba a ser parcelada; II - Planta de situação da gleba a ser indicada com base na Carta do Brasil, elaborada pela Fundação Instituto de Geografia e Estatística - IBGE, edição de 1978. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos projetos de reparcelamento e remembramento. Art. 36º Após a indicação das diretrizes estaduais, nos termos da legislação específica, a Secretaria de Estado competente encaminhará as plantas à Prefeitura Municipal de Pastos Bons para a elaboração do projeto pelo interessado. Parágrafo único. As diretrizes estaduais terão validade pelo prazo máximo de 1 (um) ano. Art. 37º Orientado pelas diretrizes municipais e estaduais quando houver, o projeto, contendo desenhos, memorial descritivo e cronograma de execução das obras com duração máxima de 4 (quatro) anos, será apresentado à Prefeitura Municipal, ressalvado o disposto no § 4º do art. 18 da Lei Federal nº 6.766/79, acompanhado de: I - Respostas das concessionárias sobre condição de atendimento de infraestrutura; II - Certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente; III - Certidão negativa de tributos municipais e do competente instrumento de garantia. § 1º Os desenhos conterão pelo menos: I - A Subdivisão em quadras e lotes, com as respectivas dimensões e numeração; II - O Sistema de vias com a respectiva hierarquia; III - As dimensões lineares e angulares ou projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias; IV - Os perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças; V - A indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas; VI - A indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais, com determinação de pontos de lançamento e procedimentos técnicos para a redução das cargas dinâmicas dos efluentes e de recolhimento de resíduos antes do lançamento no corpo receptor; VII - A indicação de lançamento das redes de infraestrutura básica. § 2º O memorial descritivo deverá conter, obrigatoriamente, pelo menos: I - A descrição sucinta do loteamento, com as suas características e a fixação da zona ou zonas dos usos e ocupações predominantes; II - As condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas; III - A indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato de registro do loteamento; IV - A enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências. § 3º Caso se constate, a qualquer tempo, que a certidão da matrícula apresentada como atual não tem mais correspondência com os registros e averbações cartorárias do tempo da sua apresentação, além das consequências penais cabíveis, serão consideradas insubsistentes tanto as diretrizes expedidas anteriormente, quanto as aprovações consequentes. § 4º O cronograma de execução de obras deverá constar, no mínimo, do seguinte: I - Execução das vias de circulação do loteamento; II - Demarcação dos lotes, quadras e logradouros; III - obras de escoamento das águas pluviais; IV - Implantação das redes de abastecimento de água, rede coletora e tratamento de esgoto sanitário e energia elétrica; V - Pavimentação das vias. § 5º O prazo para aceitação ou recusa das obras será de 60 (sessenta) dias. § 6º É de responsabilidade exclusiva do loteador a execução de todas as obras referidas no § 4º deste artigo, constantes dos projetos aprovados pela entidade competente, as quais serão fiscalizadas pelos órgãos técnicos municipais. § 7º A instalação dos serviços públicos, pelas concessionárias, é condicionada ao visto da Prefeitura Municipal no projeto aprovado pela entidade competente. Art. 38º A proposta de garantia para execução das obras de que trata o art. 35, poderá ser das seguintes modalidades: I - Garantia hipotecária; II - Caução em dinheiro. § 1º A garantia referida neste artigo terá o valor equivalente ao custo orçado das obras, aceito pelos órgãos técnicos municipais. § 2º A garantia prestada poderá ser liberada, à medida que forem executadas as obras e na seguinte

ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

Av. Domingos Sertão, 1000, São José
CEP: 65.870-000 - Pastos Bons - MA
Site: www.pastosbons.ma.gov.br

Enoque Ferreira Mota Neto

Prefeito

Gabinete do Prefeito

Francisco Nunes da Silva Neto

Instituído pela Lei Municipal 421/2021 de 22 de Março de 2021

FRANCISCO NUNES
DA SILVA
NETO:01194722369

Assinado de forma digital por FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO:01194722369
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC CERTIFICA MINAS vs. ou=27812417000158, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO:01194722369
Dados: 2022.05.30 18:24:51 -03'00'



Município de Pastos Bons - MA
DIÁRIO OFICIAL
 Diário Municipal



PASTOS BONS - MA, DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL Nº 0367, SEGUNDA - FEIRA, 30 DE MAIO DE 2022 [PÁG. 5 / 8]

proporção: I - 30% (trinta por cento) quando concluída a abertura das vias, assentamento de meios-fios e de rede de águas pluviais; II - 30% (trinta por cento) quando concluída a instalação das redes de abastecimento de água, rede coletora e tratamento de esgoto sanitário e energia elétrica; III - 40% (quarenta por cento) quando concluída a pavimentação e demais serviços. Art. 39º Na hipótese em que for adotada a modalidade de garantia hipotecária, deverá ser destinado, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da área útil do loteamento para este fim, observado o seguinte: I - Nas cópias das plantas do projeto de loteamento, a Prefeitura, de acordo com o interessado, relativamente às parcelas da gleba a serem dadas em garantia hipotecária ao Município, fará a sua localização, segundo descrição e caracterização, que levará em conta o sistema viário, as quadras e os lotes projetados; II - A Prefeitura fornecerá ao interessado, para efeito de registro, juntamente com a escritura pública de constituição de garantia hipotecária, cópia autenticada da planta do projeto de loteamento, onde conste a área dada em garantia, devidamente delimitada e caracterizada. Art. 40º Nos casos previstos no art. 4º desta Lei, o projeto de parcelamento deverá ser encaminhado, antes da aprovação pela Prefeitura Municipal, aos órgãos estaduais competentes, para proceder ao exame, acompanhados dos documentos estabelecidos na legislação estadual. Art. 41º O certificado de exame e anuência prévia pelo Estado valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da aprovação municipal, sob pena de caducidade, se neste prazo não for promovido o registro do projeto de parcelamento junto ao Registro de Imóveis. Parágrafo Único. Concedida a anuência prévia, o projeto será devolvido à Prefeitura Municipal a quem compete sua aprovação. Art. 42º Depois de prestada a garantia de que trata o artigo 36 e após análise pelo órgão central de planejamento o projeto de parcelamento será remetido à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, para posterior envio ao Prefeito Municipal para o respectivo Decreto de Aprovação do loteamento. § 1º O prazo para aprovação ou rejeição do projeto de parcelamento será de 90 (noventa) dias. § 2º O projeto aprovado deverá ser executado no prazo constante do cronograma de execução, sob pena de caducidade da aprovação. § 3º O ato de aprovação será publicado no Diário Oficial do Município. Art. 43º Deverá ser requerida Licença para início de obras à Prefeitura pelo interessado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do Decreto de Aprovação, caracterizando-se o início de obra pela abertura e nivelamento das vias de circulação. Parágrafo Único. O requerimento da Licença deverá ser acompanhado dos projetos do sistema de alimentação e distribuição de água, do sistema de esgoto sanitário, da rede de energia elétrica e da rede de iluminação pública, aprovados pelas respectivas empresas concessionárias de serviço público. Art. 44º A edificação em lotes resultantes de projeto de parcelamento aprovado, depende de sua inscrição no Cartório de Registro de Imóveis e da execução das obras estabelecidas nesta Lei, comprovada mediante inspeção pelos órgãos de fiscalização municipais. Parágrafo Único. A Prefeitura poderá licenciar edificações, simultaneamente, à execução das obras de urbanização, condicionando o fornecimento da Carta de Habite-se à conclusão das obras vinculadas ao cronograma aprovado. CAPÍTULO VI - ZONEAMENTO

Art. 45º - Área Urbana: Bairros da Cidade

- I. São José
- II. Aparecida (poeirão)
- III. Campo Agrícola
- IV. Fazendinha
- V. São Bento (Centro)
- VI. Santa Maria
- VII. São Sebastião (lagoa do boi)

Art. 46º - Área dos Povoados de Pastos Bons:

- I. Angical
- II. Alegria
- III. Anajás
- IV. Algodão
- V. Barra
- VI. Brejão

- VII. Bonito
- VIII. Boa Vista
- IX. Bom Jardim
- X. Bauriti
- XI. Cana Brava
- XII. Coqueiro
- XIII. Carrapato
- XIV. Cabeceiras
- XV. Cumbe
- XVI. Camaçari
- XVII. Coité
- XVIII. Canto Escuro
- XIX. Caiçara
- XX. Emopoeira
- XXI. Fortes
- XXII. F-Or do Tempo
- XXIII. Gado Bravo
- XXIV. Guaribas
- XXV. Gongá
- XXVI. Garapa
- XXVII. Inhumá
- XXVIII. Jatobá
- XXIX. Lages
- XXX. Lameiro
- XXXI. Lindóia
- XXXII. Mosquito
- XXXIII. Morro Redondo
- XXXIV. Mucunã
- XXXV. Coité
- XXXVI. Crozímbo
- XXXVII. Papagaio
- XXXVIII. Pintadas
- XXXIX. Pedra de Fogo
- XL. Quatis
- XLI. Rocado
- XLII. Raposa
- XLIII. Santa Fé
- XLIV. Sangue
- XLV. São Joaquim
- XLVI. Santa Luiza
- XLVII. Sapucaia
- XLVIII. Saquinho dos Bruns
- XLIX. Sarcupira do Zé Horácio
- L. Sítio Velho
- LI. Salobo
- LII. Saco de Boi
- LIII. Taboca
- LIV. Terra Dura
- LV. Tróia
- LVI. Varzea do Meio
- LVII. Vão Fundo
- LVIII. Varzea Formosa
- LIX. Vão Lage
- LX. Vão da Cobra
- LXI. Vão da Vintura
- LXII. Vaca Preta
- LXIII. Vão da Cara

ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

Av. Domingos Sertão, 1000, São José
 CEP: 65.870-000 - Pastos Bons - MA

Site: www.pastosbons.ma.gov.br

Enoque Ferreira Mota Neto

Prefeito

Gabinete do Prefeito

Francisco Nunes da Silva Neto

Instituído pela Lei Municipal 421/2021 de 22 de Março de 2021

**FRANCISCO NUNES
 DA SILVA
 NETO:01194722369**

Assinado de forma digital por FRANCISCO
 NUNES DA SILVA NETO:01194722369
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC CERTIFICAÇÃO MINAS
 55, ou=27842417000158, ou=Presencial,
 ou=Certificado PF A1, cn=FRANCISCO NUNES DA
 SILVA NETO:01194722369
 Dados: 2022.05.30 18:25:06 -03'00'



Município de Pastos Bons - MA

DIÁRIO OFICIAL

Diário Municipal



PASTOS BONOS - MA, DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL Nº 0367, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2022 [PÁG. 6 / 8]

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DEFINIÇÕES GERAIS
Art. 46º - Para os efeitos desta lei, ficaram estabelecidas as seguintes definições:

- I. ACESSO - Chegada, entrada, aproximação, trânsito, passagem.
- II. AFASTAMENTO - É a maior distância entre duas edificações ou entre uma edificação e as linhas divisórias do lote onde se situam. O afastamento é frontal, lateral ou de fundos, quando estas divisórias forem, respectivamente, a testada, os lados e os fundos do lote.
- III. ALINHAMENTO - É a linha projetada e locada ou indicada, que limite o lote em relação à via pública.
- IV. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - É o documento fornecido pela Prefeitura autorizando a construção de edificações.
- V. ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO - É o documento fornecido pela Prefeitura autorizando o exercício de uma atividade em local determinado.
- VI. ALVARÁ DE PEQUENOS SERVIÇOS - É o documento fornecido pela Prefeitura autorizando a construção de pequenas reformas e/ou ampliações, estabelecidas no máximo de até 30% (trinta por cento) da área a ser construída.
- VII. ANDAR - Qualquer pavimento acima da ré do chão.
- VIII. ANDAR TERRÇO - É o pavimento à ré do chão.
- IX. APARTAMENTO - É uma habitação cistinta que compreende no mínimo uma sala, um dormitório, um compartimento sanitário e de banho e uma cozinha.
- X. ÁREA BRUTA - É a área resultante de soma de áreas úteis com as áreas de seções horizontais das paredes.
- XI. ÁREA BRUTA DO PAVIMENTO - É a soma da área útil do pavimento com áreas de seções horizontais das paredes.
- XII. ÁREA BRUTA DA UNIDADE - É a soma da área útil da unidade com as áreas das seções horizontais das paredes que separam os compartimentos.
- XIII. ÁREA DESTINADA AOS ARRUAMENTOS - É a área destinada à movimentação de pessoas ou veículos, compreendendo passeios e caixas de rua.
- XIV. ÁREA FECHADA - É a área guarnecida por paredes em todo o seu pavimento.
- XV. ATRE - É a Área Total Máxima de Edificação, que é a relação máxima entre a área de construção da edificação e a área do terreno.
- XVI. ÁREA LIVRE DE RECREAÇÃO - É o espaço, geralmente descoberto destinado à utilização pública de caráter recreativo.
- XVII. ÁREA LIVRE DO LOTE - É o espaço descoberto, livre de edificações ou construções dentro dos limites do lote e que só pode ter 1/3 de sua área pavimentada.
- XVIII. ÁREA "NON AEDIFICANDI" - É a área na qual a legislação em vigor nada permite construir ou edificar.
- XIX. ÁREA ÚTIL - É a área do piso de um compartimento.
- XX. ÁREA ÚTIL DO PAVIMENTO - É a soma das áreas úteis das unidades, com as áreas úteis das partes comuns em um pavimento.
- XXI. ÁREA ÚTIL DA UNIDADE - É a soma das áreas dos compartimentos, habitáveis ou não da unidade. ÁREA INSTITUCIONAL - É o espaço reservado num parcelamento do solo para implantação de equipamentos comunitários.
- XXII. ÁREA COMERCIAL - É o espaço reservado num parcelamento para implantação de comércio local.
- XXIII. ARRUAMENTO - É o espaço destinado à circulação de veículos ou pedestre.
- XXIV. ARMAZÉM - Ver galpão.
- XXV. ÁREA DE SERVIÇO - É aquela destinada a atividades de lavagens e enxuga ou depósito de roupas, existentes nas unidades residenciais.
- XXVI. BAR - Estabelecimento comercial onde se servem refeições ligeiras e bebidas, inclusive alcoólicas, em balcões ou em mesas.
- XXVII. BIROSCA - É um estabelecimento comercial para venda de alimentos a varejo, tipo feira.
- XXVIII. BLOCO RESIDENCIAL - Um dos elementos independentes que integram um conjunto de edifícios residenciais.
- XXIX. CAIXA DE RUA - Parte do logradouro destinada ao rolamento de veículos.
- XXX. CALÇADA - O mesmo que passeio.

- XXXI. CASAS GEMINADAS - São as que tendem paredes comuns, formam um conjunto arquitetônico único.
- XXXII. CENTRO COMERCIAL - É um edifício ou um conjunto de edifícios, divididos em compartimentos destinados exclusivamente a comércio.
- XXXIII. CIRCULAÇÃO - Designação genérica dos espaços necessários à movimentação de pessoas ou veículos.
- XXXIV. COBERTURA - É o teto de uma edificação.
- XXXV. COMPARTIMENTO - Diz-se de cada uma das divisões dos pavimentos da edificação.
- XXXVI. CONJUNTO RESIDENCIAL - É um agrupamento de habitações isoladas ou múltiplas obedecendo a uma planificação urbanística pre-estabelecida.
- XXXVII. CONSERVO DE UMA EDIFICAÇÃO - É o conjunto de pequenas obras de manutenção que não modifica nem substitui a compartimentação e os elementos construtivos essenciais da edificação, tais como: pisos, paredes, telhados, esquadrias, escadas, etc.
- XXXVIII. CONSTRUIR - É o modo geral de realizar qualquer obra nova.
- XXXIX. CORREDOR PRIMÁRIO - É a faixa de terreno cortada por vias primárias com utilização de uso do solo adequado a, principalmente, serviços e comércio.
- XL. CORREDOR CONSOLIDADO - É a faixa de terreno cortada por vias secundárias com sua conformação, uso e ocupação já definidos.
- XLI. CORREDOR SECUNDÁRIO - É a faixa de terreno cortada por vias secundárias (secundárias ou coeioras) com utilização de uso do solo adequado a, principalmente, serviços e comércio.
- XLII. DESMEMBRAMENTO - É a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem o prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- XLIII. DIVISA - É a linha que separa o lote das propriedades adjacentes.
- XLIV. EDIFICAÇÕES - São as construções destinadas a abrigar qualquer atividade humana. EDIFICAÇÕES CONTÍGUAS - São aquelas que apresentam uma ou mais paredes contíguas às de outra edificação.
- XLV. EDIFICAÇÃO ISOLADA - É aquela não contígua às divisas do lote.
- XLVI. EDIFICAÇÃO DE USO EXCLUSIVO - É aquela destinada a abrigar só uma atividade comercial ou industrial, apresentando uma única numeração.
- XLVII. EDIFICAÇÃO DE USO MISTO - É a edificação que abriga usos diferentes e, quando um deste for uso residencial, o acesso às unidades residenciais se faz sempre através de circulações independentes dos demais usos.
- XLVIII. EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR - É aquela destinada ao uso residencial multifamiliar. O conjunto de duas ou mais unidades residenciais em uma só edificação.
- XLIX. EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR - É aquela que abriga apenas uma unidade residencial.
- L. EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS - O mesmo que edificação multifamiliar.
- LI. EDIFÍCIO COMERCIAL - É aquela destinada a lojas ou salas comerciais que exigem contato com o público na qual unicamente as dependências do porteiro ou zelador são utilizadas para uso residencial.
- LII. EDIFÍCIO RESIDENCIAL - É aquele destinado ao uso residencial.
- LIII. ESCRITÓRIO - Sala ou grupo de salas destinadas a atividades não diretamente orientadas para o público (ver sede administrativa).
- LIV. ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS - Local coberto ou descoberto em um lote destinado a estacionar veículos.
- LV. ESTABELECIMENTO DE ENSINO - Edificação pública ou particular destinada à educação e ao ensino.
- LVI. FACHADA PRINCIPAL - É a fachada do edifício voltada para o logradouro ou para o logradouro principal.
- LVII. FAIXA DE DOMÍNIO - É a base física sobre a qual assenta uma via, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa

ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

Av. Domingos Sertão, 1000, São José
CEP: 65.870-000 - Pastos Bons - MA
Site: www.pastosbons.ma.gov.br

Enoque Ferreira Mota Neto

Prefeito

Gabinete do Prefeito

Francisco Nunes da Silva Neto

Instituído pela Lei Municipal 421/2021 de 22 de Março de 2021

FRANCISCO NUNES
DA SILVA
NETO:01194722369

Assinado de forma digital por FRANCISCO
NUNES DA SILVA NETO:01194722369
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC CERTIFICA MINAS
v5, ou=27842417000158, ou=Presencial,
ou=Certificado PF A1, cn=FRANCISCO NUNES DA
SILVA NETO:01194722369
Dados: 2022.05.30 18:25:21 -03'00'



Município de Pastos Bons - MA
DIÁRIO OFICIAL
Diário Municipal



PASTOS BONOS - MA, DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL N° 0367, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2022 [PÁG. 7 / 8]

lateral de segurança, até o alinhamento dos lotes que separam a via dos imóveis marginais ou da faixa do recuo.

- LVIII. FRENTE OU TESTADA DO LOTE OU TERRENO - Ver testada do lote.
- LIX. FUNDO DE LOTE - É a parte do lote adjacente à divisa ou às divisas de fundos, não tendo ponto comum com a testada.
- LX. GABARITO - É o número de pavimentos permitidos ou fixados para uma construção ou edificação em determinada zona.
- LXI. GALPÃO - É a edificação destinada geralmente aos fins industriais ou comerciais e construída por cobertura e paredes ou colunas, cuja área é fechada, parcial ou totalmente, em seu perímetro. GARAGEM - Área coberta para guarda individual ou coletiva de veículos.
- LXII. GLEBA - É a propriedade ou individual de área igual ou superior a 10.000m² (dez mil metros quadrados).
- LXIII. GRUPAMENTO DE EDIFICAÇÕES - É conjunto de duas ou mais edificações em um lote.
- LXIV. HABITAÇÃO - É a parte ou o todo de um edifício que se destina a residências.
- LXV. HABITAÇÃO COLETIVA - É aquela destinada ao uso residencial de um grupo de pessoas, normalmente não unidas por laços familiares. HABITE-SE - Denominação comum da autorização especial, daquela autoridade competente, para utilização de uma edificação.
- LXVI. HOTEL - É a edificação de uso residencial multifamiliar transitório, servindo as pessoas ou famílias diversas, cujo acesso é controlado por serviço de portaria, dispo de peças de utilização comum adequadas, podendo ou não servir refeições.
- LXVII. INVESTIDURA - É a incorporação a uma propriedade particular de uma área de terreno do patrimônio estadual, adjacente à mesma propriedade que não possa ter utilização autônoma, com a finalidade de permitir a execução de um projeto de alinhamento ou de modificação de alinhamento aprovado pelo órgão competente.
- LXVIII. INDÚSTRIA INCÔMODA - É aquela que cujo funcionamento podem resultar ruído, trepidação, emissão de poeiras, fumos ou nuvens de poeira, exalação de mau cheiro, poluição de cursos d'água, podendo constituir incômodo à vizinhança.
- LXIX. INDÚSTRIA POLUENTE - É aquela que cujo funcionamento pode resultar prejuízo à saúde da vizinhança, causando poluição.
- LXX. INDÚSTRIA PERIGOSA - É aquela que cujo funcionamento pode resultar perigo de vida.
- LXXI. JIRAU - É o piso elevado no interior de um compartimento, com altura reduzida, sem fechamento ou divisão, cobrindo apenas parcialmente a área do mesmo e satisfazendo as alturas mínimas exigidas pela legislação.
- LXXII. LANCHONETE - Estabelecimento comercial onde se servem refeições ligeiras e bebidas, exceto as alcoólicas, em balcões ou em mesas.
- LXXIII. LETREIROS - Composição de letras ou palavras para identificação de uso ou atividade em lote ou edificação.
- LXXIV. LEVANTAMENTO DO TERRENO - Determinação das dimensões e todas as outras características de um terreno em estudo, tais como sua posição, orientação e relação com os terrenos vizinhos e logradouros.
- LXXV. LICENÇA DE CONSTRUÇÃO - É a autorização dada pela autoridade competente para execução de obras.
- LXXVI. LINHA DE FACHADA - É aquela que apresenta a projeção horizontal do plano da fachada de uma edificação voltada para o logradouro.
- LXXVII. LOGRADOURO PÚBLICO - É toda a parte da superfície do município destinada ao trânsito público, oficialmente reconhecida; é designada por uma denominação.
- LXXVIII. LOJA - Edificação ou parte desta destinada ao exercício de uma atividade comercial, industrial ou armazenagem, geralmente abrindo para o exterior (lote ou logradouro) ou para uma galeria comercial.
- LXXIX. LOTE - Parcela autônoma de um loteamento ou desmembramento, cujo estado é adjacente ao logradouro público reconhecido, descrito e assinalado por título de propriedade.
- LXXX. LOTEAMENTO - É o aspecto particular da parcelamento da terra, que se caracteriza pela divisão de uma área ou terreno em duas ou mais porções autônomas,

- envolvendo obrigatoriamente abertura de logradouros públicos, sobre os quais são testadas as devidas porções, que passam, assim, a ser denominadas lotes.
- LXXXI. MODIFICAÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO - É o conjunto de obras que, substituindo parcial ou totalmente os elementos construtivos essenciais de uma edificação, tais como pisos, paredes, coberturas, esquadrias, escadas, elevadores e outros, modifica a forma, a área ou a altura de compartimentação.
- LXXXII. MOTEL - É a edificação de uso transitório, onde o abrigo de veículos além de corresponder ao número de compartimentos para hóspedes, é contíguo a cada um deles. "NON AEDIFICANDI" - Proibição de construir ou modificar em determinadas áreas estabelecidas por Leis, Decretos ou Regulamentos.
- LXXXIII. OFICINAS - É a edificação destinada a conserto ou reparação de máquinas ou equipamentos.
- LXXXIV. PARCELAMENTOS DE TERRA - Divisão de uma área de terreno em porções autônomas, sob a forma de desmembramento ou loteamento.
- LXXXV. PASSEIO - Faixa em geral sobrelevada, pavimentada ou não, ladeando logradouros ou circundando edificações, destinada exclusivamente ao trânsito de pedestres.
- LXXXVI. PÁTIO - Área confinada e descoberta, adjacente à edificação ou circunscrita pela mesma.
- LXXXVII. PAVIMENTO - É o conjunto de áreas cobertas ou descobertas de uma edificação, situada entre o plano de um piso e do teto imediatamente superior.
- LXXXVIII. PE-DIREITO - É distância vertical entre piso e o teto de um compartimento.
- LXXXIX. PISO - É a designação genérica dos planos horizontais de uma edificação, onde se desenvolvem as diferentes atividades humanas.
- XC. PISTA DE ROLAMENTO - (ver caixa de rua).
- XC I. POÇOS DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO - São espaços descobertos e fechados nas laterais, existentes no interior das edificações e destinadas a iluminação e ventilação dos ambientes contíguos.
- XCII. POÇOS DE EXAUSTÃO - São espaços descobertos e fechados nas laterais, existentes no interior das edificações e destinados exclusivamente à exaustão de banheiros.
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Atividades comerciais que se ocupam da prestação de serviços cotidianos através de oficinas como: sapateiro, barbeiro, tintureiro, vidraceiro, borracheiro e outros correlatos.
- XCIII. PROJETO DE INTERESSE SOCIAL - Programa habitacional para população de baixa renda.
- XCIV. QUADRA - É a área poligonal compreendida entre três ou mais logradouros adjacentes.
- XC V. RECUO - É a incorporação ao logradouro público de uma área de terreno pertencente a propriedade particular e adjacente ao mesmo logradouro a fim de possibilitar a realização de um projeto de alinhamento ou modificação de alinhamento aprovado pelo órgão competente.
- XCVI. RECONSTRUIR - É fazer de novo no mesmo lugar, a primitiva forma de qualquer parte ou elemento de uma construção.
- XC VII. REFORMA DE UMA EDIFICAÇÃO - É o conjunto de obras que substitui parcialmente os elementos construtivos essenciais de uma edificação (tais sejam: pisos, coberturas, esquadrias, escada, elevadores, etc.), sem modificar, entretanto, a forma, a área ou a altura da compartimentação.
- XC VIII. RES DO CHÃO - Pavimento térreo ou primeiro pavimento, é parte do edifício que tem o piso do terreno circundante ou a pouca altura deste.
- XCIX. REMEMBRAMENTO - É o agrupamento de lotes contíguos para constituição de unidades maiores.
- C. REPARO DE UMA EDIFICAÇÃO - O mesmo que conserto de uma edificação.
- CI. RESTAURANTE - Estabelecimento comercial onde se servem refeições completas, em mesas ou balcões com assentos, servindo ou não bebidas alcoólicas.
- CI I. SALA COMERCIAL - Unidade de uma edificação comercial destinada a negócios ou profissões liberais que exigem contato com o público, e geralmente abrindo para circulações internas desta edificação.

ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

Av. Domingos Sertão, 1000, São José
CEP: 65.870-000 - Pastos Bons - MA

Site: www.pastosbons.ma.gov.br

Enoque Ferreira Mota Neto

Prefeito

Gabinete do Prefeito

Francisco Nunes da Silva Neto

Instituído pela Lei Municipal 421/2021 de 22 de Março de 2021

FRANCISCO NUNES
DA SILVA
NETO:01194722369

Assinado de forma digital por FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO:01194722369
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC CERTIFICA MINAS v5, ou=27842417000158, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO:01194722369
Dados: 2022.05.30 18:25:37 -03'00'



Município de Pastos Bons - MA
DIÁRIO OFICIAL
Diário Municipal



PASTOS BONS - MA, DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL Nº 0367, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2022 [PÁG. 8 / 8]

- CIII. SEDES ADMINISTRATIVAS - Edificações públicas ou privadas destinadas a escritórios que não exijam contato direto com o público.
- CIV. SERVIÇOS PESSOAIS - Aspecto peculiar de prestação de serviços que prescindem de lojas para sua realização e podem ser prestados a domicílio. Ex.: manicure, massagista, despachante. SUBSOLO - É o espaço, com ou sem divisões, situado abaixo do primeiro pavimento de um edifício e que tenha, pelo menos, metade de seu pé-direito abaixo do nível do terreno circundante.
- CV. TERRENO - É a propriedade particular, edificada ou não.
- CVI. TESTADA DO LOTE - É a linha que separa o logradouro público do lote e coincide com o alinhamento existente ou projetado pelo órgão competente.
- CVII. UNIDADE AUTÔNOMA - É a parte da edificação vinculada a uma fração ideal de terreno, sujeita às limitações de Lei, constituída de dependências e instalações de uso privado, destinada a fins residenciais ou não, assinalada por designação especial numérica ou alfabética para efeito de identificação e discriminação.
- CVIII. UNIDADE RESIDENCIAL - É aquela constituída de no mínimo, um compartimento habitável, um banheiro, uma cozinha e uma área de serviço.
- CIX. USOS PERMITIDOS - São os usos normalmente dentro de uma zona e que não exigem aprovação especial por parte do órgão competente.
- CX. USOS INCENTIVADOS - São os que melhor se adequam dentro de uma zona e recebem incentivos em índices de uso do solo.
- CXI. USOS DESESTIMULADOS - São usos que não se adequam totalmente dentro de uma zona e recebem desestímulos em índices de uso do solo.
- CXII. VIA PRIMÁRIA - Também denominada como via arterial ou preferencial, é aquela destinada a circulação de veículos entre áreas distantes, com acesso às áreas lindeiras, devidamente controladas.
- CXIII. VIA SECUNDÁRIA - É aquela que possibilita a circulação de veículos entre as vias primárias e o acesso às vias coletoras.
- CXIV. VIA LOCAL - É aquela destinada ao acesso direto aos lotes lindeiros e à movimentação do trânsito local.
- CXV. VÃO PRINCIPAL - É aquele definido para acesso, iluminação e/ou ventilação de ambientes de permanência prolongada, tais como: dormitórios, lojas e áreas de serviço.
- CXVI. VÃO SECUNDÁRIO - É aquele definido para acesso, iluminação e/ou ventilação de ambientes de permanência transitória, tais como "hall's", cozinhas e banheiros.
- CXVII. ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA - É a área compreendida pelas áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico Federal e Estadual.
- CXVIII. ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - É a área que pelos seus elementos naturais merece tratamento especial com a finalidade de preservar, recuperar ou revitalizar o meio ambiente.
- CXIX. ZONA DE RESERVA FLORESTAL - É a área considerada de preservação permanente, por ser indispensável à proteção de equilíbrio ecológico da região.
- CAPÍTULO V - Das infrações e sanções Art. 47º - Sem prejuízo das sanções civis e penais estabelecidas na Lei Federal nº. 6766/79, a realização de parcelamento sem aprovação da Prefeitura Municipal de Pastos Bons-MA, enseja a notificação do seu proprietário ou de qualquer de seus responsáveis para paralisar imediatamente as obras, ficando ainda obrigado a apresentar todos os documentos necessários para abertura do processo de regularização do empreendimento nos 5 (cinco) dias úteis seguintes. § 1º Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações previstas no caput, o notificado fica sujeito, sucessivamente, a: I - Pagamento de multa, no valor equivalente a R\$ 250,00 (duzentas e cinquenta reais), por metro quadrado do parcelamento irregular; II - Embargo da obra, caso a mesma continue após a aplicação da multa, com apreensão das máquinas, equipamentos e veículos em uso no local das obras; III - Multa diária no valor equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais), em caso de descumprimento do embargo. § 2º Caso o parcelamento esteja concluído e não seja cumprida a obrigação prevista no caput, o notificado fica sujeito, sucessivamente, a: I - Pagamento de multa no valor equivalente a R\$ 250,00 (duzentas e cinquenta reais), por metro quadrado do parcelamento irregular; II - Interdição do local; III - Multa diária no valor equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais), em caso de descumprimento da

interdição. Art. 48º A falta de registro do parcelamento do solo enseja a notificação do proprietário a apresentar todos os documentos necessários para regularização junto ao cartório competente nos 5 (cinco) dias úteis seguintes. Parágrafo Único. Em caso de descumprimento da obrigação prevista no caput, o notificado fica sujeito, sucessivamente, a: I - Pagamento de multa, no valor equivalente a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por metro quadrado do parcelamento irregular; II - Embargo da obra ou interdição do local, conforme o caso, e aplicação simultânea de multa diária equivalente a R\$ 200,00 (duzentos reais). Art. 49º A não conclusão das obras estabelecidas no cronograma sujeita o proprietário do parcelamento ao pagamento de multa no valor equivalente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, ou fração, de atraso. Art. 50º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 51º Revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Pastos Bons. Estado do Maranhão, em 30 de Maio de 2022. ENOQUE FERREIRA MOTA NETO, Prefeito Municipal ANEXO I

DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA OS PARCELAMENTOS

LOCAL	ÁREA MÍNIMA DO LOTE (M²)	ÁREA MÁXIMA DO LOTE (M²)	FRENTE MÍNIMA (M)	PERCENTUAL DE ÁREAS PÚBLICAS (%)
Áreas urbanas de dinamização	360,00	7.200,00	12,00	35
Áreas urbanas de consolidação	360,00	7.200,00	12,00	35
Área de interesse ambiental e turística de Pastos Bons	20.000,00	Definido por projeto específico	100,00	Definido por projeto específico
Área de interesse turística e de lazer na cidade de Pastos Bons	1.000,00	Definido por projeto específico	20,00	Definido por projeto específico
Áreas urbanas inseridas no distrito de Rogado	360,00	7.200,00	12,00	35
Área industrial	360,00	23.040,00	12,00	35

ANEXO II

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO SISTEMA VIÁRIO DOS LOTEAMENTOS

CARACTERÍSTICAS	VIA ARTERIAL	VIA COLETORA	VIA LOCAL
FAIXA DE DOMÍNIO	32,00m	18,00m	15,00m
Largura da faixa de rolamento	3,50 m cada	3,50 cada m	3,50m
Largura do acostamento ou estacionamento em paralelo	2,50m em cada mão de tráfego	2,50m em cada mão de tráfego	2,00 em um dos lados da via
Leito carroçável, incluído acostamento	19,00m (9,5m em cada mão de tráfego)	12,00m (6,00m em cada mão de tráfego)	9,00m
Canteiro central	Aconselhável Mínimo = 6,00m	sem canteiro central	sem canteiro central
Passelões	4,00m de cada lado da via	3,00m de cada lado da via	2,50m

Observação: A via de trânsito rápido é regida por legislação específica

ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

Av. Domingos Sertão, 1000, São José
CEP: 65.870-000 - Pastos Bons - MA

Site: www.pastosbons.ma.gov.br

Enoque Ferreira Mota Neto

Prefeito

Gabinete do Prefeito

Francisco Nunes da Silva Neto

Instituído pela Lei Municipal 421/2021 de 22 de Março de 2021

FRANCISCO NUNES
DA SILVA
NETO:01194722369

Assinado de forma digital por FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO:01194722369
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC CERTIFICA MINAS vs, ou=27842417000158, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO:01194722369
Dados: 2022.05.30 18:25:53 -03'00'